

- Vidal, Nuno, "A génese da economia do petróleo e dos 'esquemas' impeditivos do desenvolvimento", in Nuno Vidal & Justino Pinto de Andrade (eds), *Economia Política e Desenvolvimento em Angola* (Lisboa & Luanda: Universidade de Coimbra, Universidade Católica de Angola & Chá de Caxinde, 2011), pp. 9-66.

A Génese da Economia do Petróleo e dos “Esquemas” Impeditivos do Desenvolvimento¹

Nuno Vidal

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Este texto faz o enquadramento histórico do tema geral do livro *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*, analisando o processo de estruturação do quadro de relações económicas no pós-independência, até ao início da chamada transição político-económica dos anos noventa, ajudando a perceber as suas linhas de evolução para a actualidade.

O quadro de relações económicas do pós-independência vai começar a definir-se nas suas linhas gerais durante a administração de Agostinho Neto, desenvolvendo-se exponencialmente durante a administração de Eduardo dos Santos. O domínio partidário sobre o sistema económico será assegurado ainda durante a administração de Neto, mas caberá ao seu sucessor ir além e alcançar a efectiva hegemonia pessoal/institucional da Presidência sobre todo o sistema. Num aparente paradoxo, este processo decorre num cenário de conflito militar agravado, crescente ineficácia da administração pública e progressivo colapso de todos os sectores de produção material da economia, à excepção do petróleo.

A hegemonia político-económica será alcançada essencialmente por via da autonomização/insularização do centro gestor da principal fonte de receitas, sustentáculo de todo o sistema - a empresa petrolífera estatal. Um esboço da estratégia de autonomização da empresa de petróleos pode ser encontrado na administração de Neto, mas ainda com alguma interferência partidária-governamental, enquanto que a administração subsequente consegue o controlo exclusivo a favor da Presidência e a insularização em relação ao governo e ao partido.

A análise deste processo de estruturação e desenvolvimento do quadro de relações económicas do pós-independência, fundamental para a compreensão do actual sistema económico e político efectivamente existente, será desenvolvida em dois capítulos principais, centrados nas administrações de Agostinho Neto e de Eduardo dos Santos, respectivamente. Cada uma destas administrações será por sua vez analisada numa estrutura de dois sub-capítulos, dedicados sequencialmente à “Administração Pública e Produção Material” (agricultura, pescas, indústria e sector informal) e aos “Princípios de Gestão do Poder e da Economia Política”.

1 - O QUADRO DE RELAÇÕES ECONÓMICAS EMERGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DE AGOSTINHO NETO

Após a independência, a liderança do MPLA que assume o poder vai enfrentar uma situação económica difícil devido a dois grandes motivos.

¹ Trabalho de investigação realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e Ensino Superior.

Um primeiro motivo está relacionado com a guerra. Apesar da retirada das forças Sul-Africanas do Sul de Angola em Março de 1976, a situação militar não melhorou, tendo-se inclusive agravado com a passagem de um confronto militar convencional para uma guerra de guerrilha. Ainda que nos anos seguintes a FNLA tivesse sido praticamente desmantelada² e a FLEC militarmente controlada, a UNITA reforçou a sua aliança com a África do Sul e aumentou fortemente a sua capacidade militar e destrutiva, por via de acções de sabotagem e guerrilha que rapidamente se espalharam a um crescente número de províncias.³ O objectivo imediato da guerrilha era o de prejudicar o funcionamento da economia, atacando e destruindo as infra-estruturas do país, fossem estações de fornecimento de energia eléctrica, barragens, sistemas de abastecimento de água, estradas, pontes, caminhos-de-ferro, sistemas de comunicação, etc.⁴ Na tentativa de escapar à guerra, parte da população rural migrou para as cidades e nalguns casos refugiou-se em países vizinhos como a Zâmbia e a Namíbia.⁵ Importantes estruturas agrícolas e industriais foram abandonadas.⁶ Directa e indirectamente a guerra afectou de sobremaneira a produção nestes sectores.

Um segundo motivo tem a ver com a debandada em massa dos Portugueses, facto que deixou o país sem a maioria dos seus empresários, fazendeiros, industriais, funcionários públicos dos escalões médios e superiores, engenheiros, médicos, professores e comerciantes.⁷ Em Agosto de 1976, mais de 80% das plantações agrícolas tinham sido abandonadas; apenas 40% das indústrias estavam operacionais sob controlo dos seus anteriores proprietários ou gestores, mas em condições débeis e longe da sua regular capacidade de produção; das 692 fábricas existentes, apenas 284 continuavam a laborar, em condições abaixo da sua capacidade regular; mais de 30.000 técnicos, quadros e trabalhadores qualificados haviam deixado o país; 2.500 empresas fecharam, 75% das quais foram abandonadas pelos seus proprietários; dos 135.000 veículos registados antes da independência apenas restavam 8.000 operacionais; cerca de 130 pontes em estradas principais haviam sido destruídas; o sistema de comércio e distribuição, essencialmente composto por 25.000 pequenos negócios, entrou em colapso com o abandono dos comerciantes do mato; os serviços administrativos entraram em ruptura por falta de quadros.⁸

Perante esta situação de necessidade imediata, o governo interveio na economia, regra geral limitando a sua esfera de actuação às mais importantes empresas comerciais e industriais abandonadas e às grandes indústrias estratégicas, conforme estabelecido na “Lei sobre política económica de resistência”.⁹ As actividades e interesses privados deveriam ser respeitados de

² Os últimos grupos de guerrilha da FNLA vão-se render às forças do MPLA em Outubro de 1984, mas a sua acção durante todo o período que medeia a sua derrota militar em 1975/1976 e Outubro de 1984 é militarmente insignificante.

³ Sobre a aliança entre a UNITA e a África do Sul e as suas actividades militares, ver por exemplo Guimaraes, Fernando Andresen, *The origins of the Angolan civil war: foreign intervention and domestic political conflict* (London: MacMillan Press, 1998), especialmente o capítulo 5.

⁴ Ver *Africa Contemporary Record - ACR*, 9, (1978), p. B460.

⁵ Ver *ACR*, 10 (1979), p.B508.

⁶ Ver *ACR*, 9 (1978), pp.B448–B450.

⁷ Ver Bhagavan, M R, *Angola's political economy 1975–85* (Motala: Swedish International Development Authority, 1986), pp.7-8.

⁸ Ver Maximino, Mário Nelson (administrador do Banco Nacional de Angola) ‘Economic development in the People’s Republic of Angola’, comunicação proferida na conferência sobre Angola promovida pela Fundação Friedrich Ebert em Bona (Outubro 1983); cit. in Meyns, Peter “O desenvolvimento da economia Angolana a partir da independência: problemas da reconstrução nacional”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº2 (1984), p.121–161; também *Telex Angop: transcrição na íntegra do discurso proferido por José Eduardo dos Santos na sessão de abertura do seminário sobre Saneamento Económico e Financeiro* (17 Agosto 1987), Part I; também *ACR*, 9, (1978), pp. B457-B458; *ACR*, 10, (1979), p.B514.

⁹ Lei sobre Política Económica de Resistência: 1 - “A política económica de resistência é caracterizada pela construção de uma economia planificada, na qual coexistirão três sectores: as unidades económicas estatais, as cooperativas e as empresas privadas. (...) A criação da base material desta economia exige o alargamento da cooperativização, bem como o desenvolvimento de um sector estatal que efective o controlo das grandes e médias indústrias estratégicas. É por outro lado fundamental que se maximize o aproveitamento dos recursos existentes, muitos dos quais foram abandonados pelos colonos e são neste momento improdutivos. O sector privado deverá, na economia de resistência, ser encorajado e apoiado pelo Estado,

acordo com o estabelecido na Constituição.¹⁰ Conforme expresso pelo Ministro José Eduardo dos Santos, na altura encarregue das Relações Exteriores, para além das empresas estrangeiras comerciais e industriais abandonadas pelos seus proprietários, não existia qualquer intenção manifesta de prosseguir com uma política de nacionalizações.¹¹

A nacionalização incidiu sobretudo nos sectores das pescas, açúcar, têxtil, cimento e aço,¹² para além de cerca de 386 das 482 plantações de café existentes, estabelecendo-se fazendas estatais de café, açúcar e sisal, e nomeando-se comissões de intervenção para supervisionar as empresas abandonadas.¹³

A grande mudança na orientação da política económica surge com o plenário do Comité Central – CC, de Outubro de 1976, quando o movimento adere oficialmente ao Marxismo-Leninismo e declara o seu empenho na construção do Socialismo. Nesse mesmo mês o governo nacionalizou os dois principais bancos – Banco de Angola e Banco Comercial de Angola, que se passaram a designar Banco Nacional de Angola e Banco Popular de Angola, respectivamente; outros bancos mais pequenos foram encerrados.¹⁴

Em termos gerais o plenário decidiu que a política económica dever-se-ia centrar em formas de aumentar o controlo e supervisão governamental da economia, rumo às nacionalizações, estabelecendo planos económicos anuais para 1977, 1978, 1979 e planos plurianuais daí em diante, para além de prosseguir com medidas tendentes a garantir o monopólio estatal do comércio externo.¹⁵ A efectivação desta alteração à prática da política económica realizar-se-á sobretudo durante 1977, e em meados desse ano o Estado já confiscara e nacionalizara cerca de 85% do tecido empresarial.¹⁶ Mais tarde, logo após o I congresso do MPLA em Dezembro de 1977, a Constituição será revista para incluir a nova orientação macroeconómica que, no seu artigo 9.º, assume pela primeira vez a forma de propriedade socialista como a base do desenvolvimento económico e social e a tomada de medidas pelo Estado no sentido de alargar e consolidar as relações de produção socialistas.¹⁷

1.1 - Administração pública e produção material: crescimento ineficiente da administração; diminuição da produção; florescimento do sector informal; crescente dependência do petróleo

Administração Pública

desde que respeite as linhas gerais da política económica e laboral definida pelo MPLA. 2 - Foi exactamente a situação caótica, herdada do colonialismo e agravada pela guerra imperialista, que cria a necessidade de regular imediatamente as condições de nacionalização de algumas empresas e dos bens abandonados ou pertencentes a traidores"; in Lei 3/76, de 3 de Março de 1976, Diário da República – DR, I, 52.

¹⁰ "A RPA reconhece, protege e garante as actividades e a propriedade privadas, mesmo de estrangeiros, desde que úteis à economia do país e aos interesses do Povo Angolano" (art.10.º); Lei Constitucional da República Popular de Angola, DR, I, 1, de 11 de Novembro de 1975.

¹¹ Declarações do Ministro das Relações Exteriores, Eduardo dos Santos, a 14 de Fevereiro de 1976, cit. in ACR, vol.9, (1977), p.B457.

¹² Artigo de Jane Bergerol 'MPLA confiscation' in *Financial Times* (6 Maio 1976).

¹³ In ACR, 9 (1978), p.B475.

¹⁴ Mais tarde, em Fevereiro de 1978, o sector bancário ficou um monopólio do Estado, in Hodges, Tony *Angola to the 1990's, the potential for recovery* (London: EIU, 1987), special report nº1079, p.32.

¹⁵ In ACR, 10 (1978), p.B514.

¹⁶ Roque, Fátima et al. *Economia de Angola* (Lisboa: Bertrand, 1991), p.221.

¹⁷ A primeira versão da Constituição não incluía o objectivo de construção do Socialismo. Só depois do I congresso "ratificar" as decisões do plenário do Comité Central de Outubro de 1976, é que o objectivo de construção do Socialismo será constitucionalmente consagrado através da revisão de Fevereiro de 1978, passando o art. 9.º a referir que "a base do desenvolvimento económico e social é a propriedade socialista, consubstanciada na propriedade estatal e na propriedade cooperativa. O Estado deverá adoptar as medidas que permitam o constante alargamento e consolidação das relações de produção socialistas"; Lei Constitucional, *Diário da República - DR*, I, 31 (7 Fevereiro 1978)

No que concerne à administração pública, em conformidade com a orientação e a prática político-económica Socialista, o sector público começará a crescer de forma acentuada. Este crescimento do aparelho deveu-se não só às exigências de uma complexa coordenação dos vários sectores de actividade estatal alargada, mas também à necessidade de oferecer empregos públicos para satisfazer expectativas de uma população habituada a ver no sector público uma benesse/privilégio sócio-profissional do anterior Estado colonial. O sector público crescerá de forma significativa e abrangente, passando a absorver cerca de 40% da força de trabalho.¹⁸

Regra geral, a distribuição dos cargos nos diversos níveis da administração do aparelho do Estado foi efectuada de acordo com critérios não oficiais de privilégio/primazia dos membros da grande aliança Crioulo/M'Bundu no coração do MPLA (os vencedores da luta pelo poder), com algum destaque para os elementos herdeiros das "velhas aristocracias", incluindo "novos e velhos assimilados".¹⁹ A sua experiência no sistema administrativo Português e os níveis relativamente elevados de formação, representaram uma enorme vantagem, permitindo-lhes o acesso a cargos de chefia no aparelho administrativo do Estado, ao mesmo tempo que a generalidade dos escalões, sobretudo médios e inferiores, eram massivamente ocupados por funcionários sem qualquer qualificação para os cargos, traduzindo-se na ineficácia técnica da administração pública.

Os não Crioulos/M'Bundus, principalmente os Bakongo que não pertenciam ao MPLA, conotados por exclusão de partes com a FNLA e com a "cultura" anti Crioulos/M'Bundus (muito disseminada pela UPA/FNLA durante a luta de libertação)²⁰, viraram-se para a então alternativa emergente dos mercados informais. Regressados em grande número do Zaire em 1977 (cerca de 200.000)²¹, tendo conhecimento e experiência de actividades de pequeno comércio marginal que alastrava nas cidades daquele país, darão desde logo um enorme impulso aos mercados informais nos mais variados micro-negócios de produção de bens e prestação de serviços.²² Desde o seu retorno serão sujeitos a várias formas de discriminação social, apontados como Zairenses e não Angolanos.²³

Tal tipo de discriminação em empregos do sector público, a par do elevado estatuto sócio-profissional dos funcionários da administração do Estado no período colonial, favoreceu uma postura de altivez e desdém da nova administração pública em relação à restante população (estratos sociais mais baixos). Em geral, os funcionários públicos comportavam-se como se a sua função não fosse a de servir o público em geral, mas a de assumir e exercer um estatuto profissional, económico e social privilegiado, e que supostamente constituía uma promessa implícita da luta de libertação. Num tal tipo de lógica, o salário não tem relação com a produtividade, aproximando-se de uma prebenda ou renda, uma compensação devida pelos

¹⁸ Os números em relação à força de trabalho são escassos e imprecisos dada a confusão que se começa a estabelecer entre Partido/Estado/Forças de Defesa e Segurança, calculando-se que as empresas públicas absorviam cerca de 45% e a administração pública cerca de 40%; in Roque, Fátima et al. *Economia ...op. cit.*, 1991, p. 176-178.

¹⁹ Ver Messiant, Christine, 1961, *L'Angola colonial, histoire et société. Les premises du mouvement nationaliste* (Bâle, Suisse : P. Sclottwein Publishing Switzerland, 2006).

²⁰ Ver Messiant, Christine, 'À propos des "transitions démocratiques", notes comparatives et préalables à l'analyse du cas Angolais', in *Africana Studia*, 2 (2000), p.79, footnote 38.

²¹ Ver ACR, vol.10 (1979), p.B508. De 1978 em diante os Bakongo 'regressaram' a Angola a uma taxa média de cerca de 50.000 por ano até 1982; in ACR, vol.14 (1983), p.B590.

²² Ver Birmingham, David, 'Angola revisited', in *Journal of Southern African Studies*, 15 (1988), p.3.

²³ Ver Mabeko-Tali, JM *Les Bakongo et la Transition Démocratique en Angola: Démocratie ou Représentation Ethnico-Regionale?* (Paris: Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS, 1993), Rapport Scientifique de la Mission à Luanda; Groupe de Recherches 846 'Afrique Australe'; ver também ACR, vol.15 (1984), p.B597.

sacrifícios suportados durante o colonialismo e um direito a exercer, enquanto membros do movimento vencedor da captura do Estado.

Ainda que a maioria dos novos funcionários públicos tivessem sido desprivilegiados em relação aos segmentos brancos e da elite Criolo/M'Bundu da administração do Estado colonial, a nova atitude tornar-se-ia a regra geral do topo às bases da administração pública. Depois das críticas de Nito Alves em 1976²⁴ e de Lúcio Lara em 1977²⁵, o próprio relatório do Comité Central ao I congresso extraordinário, de 1980, irá frisar a necessidade de combater este tipo de atitude dos funcionários públicos em relação à maioria da população a par do parasitismo, i.e. viver à custa de um salário do Estado sem relação deste com a produtividade.²⁶

Estas constatações feitas pelo relatório do CC ao congresso, assim como tantas outras que se encontram em vários documentos do partido que são analisados ao longo deste texto, devem ser vistas à luz de um mecanismo que permitia alguma liberdade de expressão interna por altura das discussões e preparações para os congressos, no espírito da crítica e auto-crítica características deste tipo de sistemas. Não devem ser lidas como um compromisso efectivo em alterar estas realidades, que de facto apenas se irão agravar sem medidas efectivas e empenho político para as reverter, como veremos.

Agricultura e Pescas

O novo Estado independente considerou como essencial a reactivação do sector agrícola, que na altura ocupava cerca de 60% da população economicamente activa, sendo que 74% da população total vivia nas áreas rurais.²⁷ No início foi dada particular atenção à cultura cafeeíola (segundo produto mais exportado no período colonial), mas sem grande sucesso, uma vez que as fazendas de café dependiam fortemente de uma força de mão-de-obra de trabalhadores migrantes Ovimbundu, estimada entre 120.000²⁸ a 180.000²⁹, a maioria dos quais havia deixado as fazendas de café do Norte aquando do início da guerra civil em 1975-76, regressando aos seus locais de origem no planalto central.³⁰

Tentando suprir a debandada dos trabalhadores Ovimbundu, o governo lança as "Operações Café", mobilizando (recrutando) um largo número de desempregados urbanos e estudantes para integrarem equipas sazonais de colheita de café. Este procedimento a roçar a coerção e pouco popular, inaugurado na colheita de Julho de 1976, repetiu-se na colheita do ano seguinte.³¹ Contudo, os resultados não foram os esperados, existindo muita resistência popular, ainda permitida num contexto de grande liberdade de expressão nos meios urbanos, que vai durar até à tentativa de golpe de 1977 e à repressão que se seguiu.³² Assim, a produção vai cair

²⁴ Esta atitude foi inicialmente criticada por Nito Alves como elitismo na função pública, a par de elitismo no Partido, ver Alves, Nito, *Discurso no comício de encerramento da campanha eleitoral para os órgãos do poder popular* (Luanda: DOP-MPLA, 1976), pp.21-26, cit. in Mabeko Tali, Jean-Michel, *Dissidences et pouvoir d'Etat: le MPLA face a lui-même (1962-1977)* (Paris: Université Paris VII), These de Doctorat, p.414.

²⁵ Na preparação para o congresso de 1977, Lúcio Lara, Secretário do Partido para a Organização, irá criticar os membros do partido e funcionários públicos que adoptavam atitudes burguesas de superioridade em relação aos menos preparados, operários e camponeses, cit. in Somerville, Keith, *Angola: Politics, Economics and Society*, (London: Frances Pinter, 1986), p.83. Ver igualmente *Boletim do Militante*, 57 (Março 1979), p.14.

²⁶ In *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário do Partido* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), p.89.

²⁷ Ver Somerville, Keith, *Angola ... op. cit.* pp.96-97.

²⁸ In Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* p.91

²⁹ In ACR, vol. 10 (1979), p.B515.

³⁰ Ver Hodges, Tony *Angola to the 1990's ... op. cit.* p.91; também, Birmingham, David, *Frontline Nationalism in Angola and Mozambique* (London: James Currey, 1992), p.77; igualmente ACR, vol. 10 (1979), p.B515

³¹ In ACR, vol. 9 (1978), p.B460.

³² Birmingham, David, *Frontline Nationalism...op. cit.* p.77.

drasticamente, sendo nula em 1976.³³ Os mesmos procedimentos de recrutamento vão-se repetir no ano seguinte de 1977, mas desta vez com um carácter bastante mais repressivo e efectivo, decorrente do aumento generalizado do autoritarismo e da repressão do regime no pós-tentativa de golpe. Foram então recrutadas 90.000 pessoas, com uma colheita efectiva de 100.000 toneladas de café.³⁴

No entanto, a guerra, a resistência passiva dos trabalhadores e a falta de cuidado continuado e sustentado das plantações de café (com grãos por colher que causaram pestes e infestações)³⁵, foram progressivamente destruindo a maioria das plantações e reduzindo drasticamente a produção de 1979 em diante.³⁶

Após o plenário do Comité Central de Outubro de 1976 e da adesão oficial ao Marxismo-Leninismo, o cooperativismo agrícola tornou-se o principal objectivo da política agrícola, envolvendo um crescente controlo administrativo e governamental a todos os níveis: preços, quantidades, investimento, comercialização, distribuição, exportação e importação. A organização da actividade agrícola passou a assentar: a), nas fazendas estatais (Agrupamentos de Unidades de Produção/AUPs), financeira e administrativamente dependentes do governo, sem autonomia nas decisões de produção e produzindo quase que exclusivamente para o Estado; b), nas Associações de Camponeses, produzindo de forma autónoma em relação aos programas do Estado; c), no campesinato, pequenos produtores e pastores com sistemas rudimentares de produção; d), nos poucos fazendeiros Portugueses que permaneceram no país.³⁷

Todos estes produtores dependiam do governo para o fornecimento de serviços de apoio, absolutamente cruciais para o processo de produção agrícola e prestados por empresas estatais: a ENAMA (Empresa Nacional de Mecanização Agrícola), que prestava apoio mecânico à agricultura; a DINAMA (Distribuidora Nacional de Materiais Agrícolas), que adquiria e distribuía as alfaias agrícolas, os fertilizantes e insecticidas; a AGRO-Sementes, responsável pela compra e distribuição de sementes; a ENCODIPA (Empresa Nacional de Comercialização e Distribuição de Produtos Agrícolas), tutelada primeiro pelo Ministério da Agricultura e mais tarde pelo Ministério do Comércio Interno, responsável pela comercialização e distribuição de bens de consumo às áreas rurais em troca de produtos agrícolas.³⁸

Na prática, o planeamento central do sector agrícola foi um fracasso, seja em termos administrativos ou económicos. Como podemos hoje facilmente imaginar, a complexidade burocrático-administrativa instalada foi auto-bloqueante da totalidade da estrutura em duas áreas essenciais: por um lado, ao nível da incapacidade de coordenação central de todos estes organismos numa mega-estrutura que abarcava a totalidade do território e vários ministérios;³⁹ por outro lado, ao nível das debilidades e insuficiências dos sistemas de comunicação e

³³ Nesse ano foi apenas vendido o stock ainda existente dos últimos anos do regime colonial; in *ACR*, vol. 9 (1978), p.B460.

³⁴ Reportagens de René Lefort in *Le Monde* (8 Dezembro 1977); ver igualmente *ACR*, vol. 10 (1979), p.B515.

³⁵ In *ACR*, vol. 11 (1980), pp. B503-B504.

³⁶ Em 1979 a produção foi de 40.000 toneladas, em 1980 de 33.366t e em 1981 foi somente de 21501t (cerca de um décimo dos níveis de produção de 1973), in *ACR*, vol. 14 (1983), p. B597.

³⁷ In Roque, Fátima et al. *Economia ... op. cit.* pp.213-214.

³⁸ *Ibid.*; também Hodges, *Tony Angola to the 1990's ... op. cit.* pp.85-86.

³⁹ Ver *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário do Partido* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), p.88; ver igualmente no mesmo sentido, 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' in *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social para o período 1981-1985* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), pp. 10-11.

transportes entre a cidade capital (onde as principais decisões eram tomadas) e as províncias e suas áreas rurais (onde a produção agrícola decorria).⁴⁰

Em termos económicos, a ineficiência administrativa representou o fracasso de serviços cruciais para os produtores. Tal ineficiência em conjugação com outras políticas (rejeição de incentivos de mercado, termos de troca desfavoráveis entre produtos agrícolas e industriais⁴¹; as deslocações massivas de populações devido à guerra; a hostilidade dos camponeses à colectivização⁴²), resultaram no afundamento da produção agrícola para níveis de auto-consumo dos agricultores ou desvio dos poucos excedentes para a troca directa e/ou para os mercados informais, onde os preços eram substancialmente mais elevados.⁴³ No final, tal como sublinhado por Birmingham, a totalidade da rede de distribuição de alimentos fracassou a três níveis - produção, transporte e retalho.⁴⁴ Este fracasso representou um tremendo revés para o processo de colectivização.⁴⁵

Em paralelo à queda da produção agrícola, a indústria pesqueira também viu os seus níveis de produção diminuírem. Tal como a agricultura e outros sectores, a pesca sofreu das convulsões de 1975-76, com infra-estruturas em terra a serem abandonadas pelos seus anteriores proprietários, gestores e técnicos. Desde então, ainda que este sector não tenha sido directamente afectado pela guerra, os problemas de falta de recursos humanos qualificados, atrasos ou inexistência de abastecimentos e de *inputs* necessários, falta de peças e reposição de equipamentos, contribuíram em conjunto para a queda da produção piscícola.⁴⁶

Na tentativa de resolver o problema, o governo licenciou frotas estrangeiras e a indústria pesqueira foi essencialmente assumida pela União Soviética e Cuba, cujos pesqueiros com câmaras frigoríficas estavam autorizados a levar para o estrangeiro todo o pescado capturado em águas angolanas à excepção de 15%.⁴⁷ No entanto, tal medida governamental também não resolveu o problema e a captura deixada em Angola por estes navios pesqueiros (98.500 toneladas em 1981⁴⁸) ficava bastante abaixo das 467.000 toneladas disponibilizadas para o mercado em 1973.⁴⁹

Como consequência óbvia desta quebra de produção agrícola e pesqueira, o país rapidamente passou de exportador para importador massivo de todo o tipo de bens alimentares. Tão cedo como 1979, a produção agrícola nos circuitos comerciais controlados pelo Estado satisfazia somente 12% das necessidades dos consumidores e cerca de 15% das matérias-primas

⁴⁰ In Zenha Relá, José Manuel *Angola entre o presente e o futuro* (Lisboa: Escher, 1992) pp.53-56; também no mesmo sentido, 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... op. cit. pp. 10-11.

⁴¹ Ver Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola in the Frontline* (London: Zed Press, 1983), p.143.

⁴² Ver *Financial Times* (26 January 1978).

⁴³ 'A produção de milho caiu de 333,800 toneadas em 1973 para 36,800t em 1977 e para 23,700t em 1981; tomando os mesmos anos de referência, a mandioca seca caiu de 61,800t para 1,200t tendo posteriormente subido para 19,000t [caindo novamente para 1,000t em 1985]; feijão caiu de 33,500t para 6,700t e novamente para 1,070t [...]; algodão caiu de 79,300t para 1,400t e para 1,050t; a tendência foi a mesma para todas as principais culturas alimentares, culturas de rendimento, criação de gado e lacticínios'; in Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. p.19. Ver também 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... op. cit. p.16; igualmente Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola ...* op. cit. p.143.

⁴⁴ Birmingham, David, *Frontline Nationalism...* op. cit. p.77.

⁴⁵ Ver 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... op. cit. pp.15-16, 22-23.

⁴⁶ Ver Hodges, Tony *Angola to the 1990's ...* op. cit. p.97.

⁴⁷ In *Financial Times* (26 Janeiro 1978).

⁴⁸ In Hodges, Tony *Angola to the 1990's ...* op. cit. p.98.

⁴⁹ Estimativas de toneladas anuais capturadas e descarregues em Luanda em 1977-1980 variam entre 30.000t e 90.000t por ano, muito abaixo das 467.000t descarregues em 1973, das quais 162.000 foram exportadas; in *ACR*, vol. 14 (1983), p.B597.

necessárias para a indústria⁵⁰, com reflexos óbvios na inflação que emergia nos mercados paralelos.

Perante evidências crescentes, no discurso do 1º de Maio, Agostinho Neto admitia que o país tinha falta de alimentos e que o custo de vida era extremamente elevado⁵¹, algo que já havia sido previamente reportado por vários observadores estrangeiros em Dezembro de 1978.⁵²

Por fim, o próprio relatório do CC ao I congresso extraordinário, de Dezembro de 1980, confirmou na totalidade estas realidades do sector agrícola durante a administração de Agostinho Neto, em termos de ineficiência e ineficácia produtiva, “absentismo acentuado dos operários agrícolas”, produção para auto-consumo, deterioração das condições de vida, em especial dos camponeses, com crescentes assimetrias entre a cidade e o campo.⁵³

Indústria

Ainda que o objectivo económico do governo durante os primeiros anos da independência tivesse sido o de restaurar a produção para os níveis anteriores a 1974 (1973 era tido como o ano de referência), a produção efectiva da indústria transformadora entre 1975 e 1977 foi em média na ordem dos 20% a 30% dos níveis de 1973.⁵⁴ A produção de diamantes, terceira produção mais importante ao nível da exportação, a seguir ao café, caiu para 400.000 *carats* em 1977, comparado com os 2 milhões de antes da independência.⁵⁵

Para além da falta de recursos humanos especializados, escassez de matérias-primas, destruição de infra-estruturas e dificuldades de abastecimento de água e electricidade causadas pela guerra, a produção da indústria transformadora foi fortemente afectada por uma onda de greves que se seguiu à independência, no referido contexto de contestação e liberdade de expressão permitido até 1977, clamando por uma imediata e acentuada melhoria dos níveis de vida.

Incapaz de actuar de imediato sobre os outros constrangimentos, a liderança somente podia actuar sobre o movimento grevista, que foi sendo gradualmente combatido depois do plenário do CC de Outubro de 1976, quando todas as comissões de trabalhadores e sindicatos independentes foram forçados a juntar-se à UNTA e os salários congelados.⁵⁶ A repressão a estes movimentos intensificou-se após a tentativa de golpe, quando as greves não autorizadas e as manifestações de rua foram abertamente suprimidas; a violência da purga foi mais do que suficiente para dissuadir tais práticas⁵⁷.

⁵⁰ In 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... op. cit. p.16; também no mesmo sentido ver Meyns, Peter “O desenvolvimento da economia Angolana a partir da independência: problemas da reconstrução nacional”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº2 (1984), pp.121-122.

⁵¹ Cit. in *Associated Press* (2 Maio 1979).

⁵² Ler relatos a partir de Luanda por Flora Lewis para o *The New York Times* (13 Dezembro 1978); ou de David Lamb em *Los Angeles Times* (3 Dezembro 1978); ou *The Sun* (US) (13 Dezembro 1978); ou ainda *The Sunday Telegraph* (25 Junho 1978).

⁵³ *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário* ...op. cit...1980, p.53; também no mesmo sentido ver 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... op. cit. pp.22-23.

⁵⁴ Ver Ferreira, Manuel Ennes, *A Indústria em tempo de Guerra (Angola, 1975-91)* (Lisbon: Edições Cosmos/IDN, 1999) p.468.

⁵⁵ In *ACR*, 10 (1978), p.B495.

⁵⁶ Todas as negociações salariais que se vinham arrastando desde o período do governo de transição foram suspensas a 5 de Julho de 1976; in *Africa Research Bulletin -- ARB*, I (Agosto 1976); e os salários foram congelados a partir da implementação das decisões plenárias de Outubro de 1976; in *ACR*, 10 (1979), p.B514.

⁵⁷ Ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola” in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2006), pp. 11-57.

Tal atitude repressiva foi reforçada com a aplicação efectiva de legislação austera, que até então não havia sido aplicada: por um lado, a "Lei da Disciplina do Processo Produtivo" (Lei 11/75), que define vários "crimes contra a produção", incluindo, "resistência passiva no trabalho" e "paralisação do trabalho ou greves que não sejam conduzidas pelos sindicatos ou pelas comissões sindicais", para os quais estabeleceu penas de prisão efectiva que poderiam ir até dois anos, cumpridas em campos de trabalho⁵⁸; por outro lado, a Lei 57/76, que constatando a pouca eficácia da lei anterior, "atribui maior eficácia aos delitos económicos", definindo de forma abrangente e arbitrária, "crime de sabotagem económica, a prática de actos lesivos da regular evolução do processo revolucionário no domínio da economia nacional" (art.2.º). As penas para os crimes de sabotagem económica foram fortemente agravadas, variando entre dois e oito anos de prisão efectiva, cumprida em campos de produção (arts.1.º e 3.º)⁵⁹.

A aplicação efectiva desta legislação no período mais repressivo que se seguiu à tentativa de golpe de Maio de 1977, contribuiu para uma ligeira recuperação dos níveis de produção da indústria transformadora, atingindo o seu pico em 1981, com 40% dos níveis de 1973, mas a partir dessa altura irá regressar rapidamente à tendência de queda, rumo aos níveis de 1976 e, posteriormente, para níveis ainda mais baixos.⁶⁰

Suspensos os aumentos salariais, aumentando a austeridade e repressão das políticas laborais, agravando-se as condições de vida com escassez de vários produtos e perda do poder de compra, a pressão dos trabalhadores voltou-se no sentido da exigência de parte da produção das indústrias em que trabalhavam, uma prática que ficou conhecida por auto-consumo. Ainda que não permitido legalmente, o auto-consumo rapidamente se desenvolveu quase que como um direito adquirido e espalhou pelas unidades de produção do Estado, industriais, agrícolas ou comerciais; um facto que levou mais tarde o I congresso a frisar a necessidade de acabar com tais práticas.⁶¹

Confirmando a tendência em crescendo desde 1976-1977, só a indústria petrolífera funcionava normalmente, primeiro através da *Gulf Oil* e posteriormente através de outras companhias estrangeiras a operar em Angola. A produção petrolífera em 1976 foi de 130.000 barris diários, comparada com os 150.000 barris diários do pré-independência e alcançando os níveis do pré-independência logo em 1977⁶², que rapidamente foram ultrapassados com uma crescente produção derivada da exploração de novos poços.⁶³ A produção petrolífera beneficiou igualmente do aumento dos preços internacionais do petróleo, representando uma receita de cerca de \$US800 milhões a \$US1.2 biliões por ano, entre 1976 e 1980.⁶⁴

A exploração petrolífera comercial, já com fortes laços a empresas americanas no período colonial, seguiu no mesmo rumo de aliança a empresas Ocidentais depois da independência, embora com alterações de fundo no que toca ao enquadramento legal, sendo que o novo Estado proclamou direitos exclusivos sobre todos os depósitos de petróleo no país. A Lei nº13/78 de Agosto de 1978 estabeleceu a SONANGOL, empresa petrolífera estatal, como o concessionário exclusivo dos recursos de hidrocarbonetos do Estado. Não obstante, dado o elevado nível

⁵⁸ Lei nº 11/75 DR, I, 29 (15 Dezembro 1975), Lei da Disciplina do Processo Produtivo.

⁵⁹ Lei nº57/76 DR, I, 157 (5 Julho 1976).

⁶⁰ Ver Ferreira, Manuel Ennes, *A Indústria ...* op. cit. p.468.

⁶¹ *Resoluções e Mensagens do I Congresso Extraordinário do MPLA-PT de 17 a 23 de Dezembro* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980), p.39

⁶² Ver artigos de René Lefort in *Le Monde* (8 Dezembro 1977); *Financial Times* (26 Janeiro 1978); também ACR vol. 13 (1982), p.B655.

⁶³ In *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário...* op. cit...1980, p.74.

⁶⁴ Ver Hodges, Tony, *Angola from Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism* (London: James Currey, 2001), p.2; também artigo de René Lefort in *Le Monde* (8 Dezembro 1977); *Financial Times* (26 Janeiro 1978).

tecnológico das empresas Americanas nesta indústria e a sua capacidade para novos investimentos, a SONANGOL baseou a sua estratégia nas parcerias com empresas estrangeiras Ocidentais, recorrendo essencialmente a dois tipos de acordos: por um lado, *joint ventures*, nas quais a SONANGOL e os seus parceiros privados partilhavam investimentos e recebiam petróleo produzido na mesma proporção (51% SONANGOL, 49% parceiros); por outro lado, acordos de partilha de produção, nos quais as empresas estrangeiras faziam os investimentos necessários e como compensação recebiam uma parte do petróleo produzido. Esta segunda vertente foi sendo muito desenvolvida ao longo dos anos setenta e oitenta, permitindo uma relação de renda paga ao Estado, dispensando-o do grosso dos investimentos de que a indústria necessitava para o seu desenvolvimento e aumento da produção.⁶⁵

À medida que a produção diminuía, tanto na indústria transformadora como na agricultura, ou na actividade mineira, o petróleo tornou-se cada vez mais a grande fonte de receita do orçamento de Estado, financiando não só o inevitável crescimento das importações de todo o tipo de bens, vendidos a preços subsidiados nas lojas do Estado, mas também os salários dos ineficientes sectores industrial e agrícola, para além da administração pública. O relatório do CC ao I congresso extraordinário, de 1980, acabou por reconhecer que os salários pagos a todos aqueles sectores não tinham relação com a produção ou ainda menos com a produtividade.⁶⁶ Um outro documento do congresso criticava a postura de vários trabalhadores, gestores e directores ministeriais, cuja ambição era a de extraírem do Estado o mais que podiam.⁶⁷

Em suma, a vários níveis da economia, foi criada uma relação de tipo *rentière*, seja entre o Partido/Estado (o principal empregador) e a maioria dos empregados (trabalhadores na indústria, agricultura estatal e administração pública), seja entre o Partido/Estado e as empresas estrangeiras no sector petrolífero. No entanto, em ambas as relações (internas e externas), o Partido/Estado detinha a posição dominante na desequilibrada balança de poder, quer em relação às massas assalariadas (que perderam qualquer tipo de poder por via do voto, movimentos laborais ou da produção), quer em relação às companhias petrolíferas (que em face da concorrência num país onde este sector é altamente atractivo, foram cada vez mais assumindo uma posição de subserviência para com o regime).

A relação *rentière* de dependência desenvolvida com os diversos estratos da população foi financeiramente apoiada pelos rendimentos do petróleo, geridos pelos órgãos de topo do Partido/Estado, representando assim um tipo de relação distributiva entre os estratos mais elevados, intermédios e mais baixos da sociedade. No entanto, a receita do petróleo não chegava para satisfazer as necessidades e expectativas de todos, sendo obviamente os estratos mais baixos os primeiros a enfrentar as maiores dificuldades.

Sector Informal

A escassez económica aliada à gestão centralizada e administrativa da economia e ao partido único, induziu a um triplo fenómeno inter-relacionado. Primeiro, conduziu aos habituais sistemas de racionamento, comuns a outros sistemas socialistas marcados pela escassez, com hierarquização sócio-político-económica no acesso aos canais oficiais de abastecimento e a outros benefícios determinados pela posição ocupada dentro da hierarquia do Partido/Estado. Segundo, levou ao desenvolvimento de mercados informais paralelos, com preços bastante mais

⁶⁵ Ver Collelo, Thomas, *Angola, a Country Study* (Washington: Federal Research Division, 1991).

⁶⁶ In *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário...* op. cit...1980, p.74.

⁶⁷ In 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... op. cit. p.28.

elevados que o oficial. Terceiro, levou à igualmente comum arbitragem entre mercados oficiais e paralelos, com forte estímulo ao desvio de bens e recursos dos canais oficiais para os informais.

Ainda que as variações salariais não fossem alargadas (de 1 a 3 em média)⁶⁸, emergiram três mecanismos principais de diferenciação sócio-económica entre o topo e as bases da hierarquia Partidária/Estatal/Militar e também entre aqueles que eram membros destas estruturas e aqueles que não o eram. Esta diferenciação será reforçada pela relação que terão com os mercados informais.

Um primeiro e mais óbvio mecanismo de diferenciação sócio-económica, consistia no sistema de lojas estatais, que forneciam bens alimentares e industriais a preços baixos controlados (oficiais). Este sistema estava dividido em diferentes categorias para diferentes estratos sócio-políticos, entre lojas do povo, dos responsáveis, dirigentes e topo da hierarquia Partidária/Estatal/Militar, com óbvias diferenças no tipo, quantidade e qualidade dos produtos existentes e diferentes limites de abastecimento.

O racionamento de bens e serviços a preços oficiais será assim, acompanhado de uma "selecção" administrativo-política de grupos e indivíduos com acesso privilegiado aos canais de distribuição, tendo subjacente a "nova" estratificação social e a hierarquia dos interesses estabelecidos, de acordo com uma lógica distributiva comandada pelo aparelho partidário.⁶⁹

A existência de grandes diferenças entre preços do mercado paralelo e oficial, que no final dos anos setenta e início dos anos oitenta eram cerca de 30 a 100 vezes superiores nos mercados paralelos,⁷⁰ abriu várias oportunidades de lucro. A generalidade das pessoas comprava tanto quanto pudesse a preços oficiais e revendia depois no mercado paralelo. Tais lucros eram obviamente proporcionais à posição ocupada por cada um na hierarquia Partidária/Estatal/Militar e, conseqüentemente, ao tipo de lojas a que cada um podia aceder.

Um segundo grande mecanismo de diferenciação económico-social residia no sistema de requisições e credenciais, que permitiam o acesso a bens escassos, desde os muitíssimo valorizados automóveis, aos geradores, fogões, motos, frigoríficos, bombas de água, mobílias etc. Teoricamente qualquer cidadão poderia conseguir uma requisição ou credencial, mas na prática a concessão destes documentos era igualmente gerida de acordo com os usuais critérios selectivos e discriminatórios, seguindo a hierarquia Partidária/Estatal/Militar. Também a exemplo do que acontecia com o sistema de lojas, uma significativa parte dos bens adquiridos através desta forma, acabavam revendidos nos mercados paralelos.⁷¹

Um terceiro grande mecanismo de diferenciação consistia no acesso privilegiado ao mercado de divisas ao câmbio oficial (com uma taxa sobrevalorizada do Kwanza), quer fosse para viagens de serviço (arranjadas pelos mais diversos motivos) ou de turismo, ou ainda para acesso ao crédito bancário a juros irrisórios e sem mecanismos efectivos de recuperação do principal ou dos

⁶⁸ Oficialmente, os níveis salariais variavam numa escala de 1 a 19, a mais baixa sendo a escala 1 com 5.000 Kwanzas/mês, a mais alta sendo a 19 com 35.000 Kw/mês, contudo, a maioria dos assalariados encontrava-se em duas grandes categorias: 10.000-15.000 Kw/mês e 15.000-25.000 Kw/mês. O topo da escala salarial (35.000/mês) e a base (5.000/mês) continham um número reduzido de assalariados. Assim, o diferencial de rendimento era essencialmente de 1 para 3; In Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. p.63.

⁶⁹ Ver Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. p.21; Existiam ainda "lojas especiais" bem fornecidas de produtos, mas para acesso por parte de estrangeiros que pagavam em divisas e "lojas para cooperantes" (estrangeiros a trabalhar para o governo), com salários em Kwanzas, também abastecidas pelo Estado e regra geral sofrendo do mesmo tipo de escassez que as lojas do povo, *Ibid.* p.21.

⁷⁰ In Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. p.22.

⁷¹ Ver Messiant, Christine, 'À propos des...', op. cit. p.78

empréstimos em caso de incumprimento. As viagens de serviço tornaram-se muito comuns, sendo em grande medida encaradas como uma espécie de compensação, para quadros médios e superiores, pelos baixos salários oficiais. Tais viagens eram subsidiadas com dólares americanos de acordo com a posição ocupada nas referidas hierarquias e o tempo previsto no exterior; permitindo cobrir não só as despesas no estrangeiro, em condições bastante confortáveis, mas também gastar em compras. Bens adquiridos no estrangeiro, seja por via das viagens de serviço ou de turismo (em boa medida também ou só comerciais), acabavam por abastecer os mercados paralelos em Angola.

Rapidamente, começam a desenvolver-se todo o tipo de “esquemas” prejudiciais ao bem público, marcados pelas mais diversas práticas “predatórias” de apropriação de recursos e bens públicos para benefício pessoal privado, seja por vias claramente ilegais, de roubos e desvios dos canais oficiais para os informais, seja por vias mais ou menos legais, através da ocupação de cargos públicos permitindo actividades de arbitragem entre mercados oficiais e paralelos.

Apesar da tentativa do pós-27 de Maio em tornar mais efectiva a aplicação da legislação disciplinadora do processo produtivo, as práticas predatórias não só se espalharam, mas rapidamente atingiram uma nova dimensão, com a organização de redes para a sua melhor articulação e desenvolvimento destas práticas em todos os sectores de actividade, de forma a satisfazer a sempre crescente demanda dos mercados informais, envolvendo não só trabalhadores, mas também dirigentes e agentes da defesa e segurança, tal como reconhecido pelo congresso de 1980,

Considerando que estas situações se agravam dia após dia pela corrupção, pelo proteccionismo e liberalismo de dirigentes e responsáveis, pela inoperância dos mecanismos de prevenção e repressão e pela falta de controlo generalizado sobre os bens do povo;

Considerando que a situação acima mencionada, que mostra tendência para a generalização, afecta necessariamente a situação de classe das massas trabalhadoras, em particular dos operários e camponeses e leva à degradação ideológica pela sua transformação progressiva em pequenos negociantes; (...)

O congresso chama especial atenção para a necessidade de punir em especial os dirigentes, responsáveis, técnicos, agentes da Defesa e Segurança e todos os trabalhadores do sector estatal em geral, que pratiquem, encubram ou sejam cúmplices, ou por qualquer outra forma estejam ligados às práticas contra-revolucionárias objecto da presente resolução.⁷²

O mesmo congresso notou ainda que todas aquelas práticas aqui chamadas de predatórias, representando distorções nos circuitos de comercialização e distribuição, agravavam consideravelmente o já de si insuficiente poder de compra das massas trabalhadoras.⁷³

De facto, quanto mais crescia a economia paralela através de práticas predatórias, mais fraca ficava a economia oficial e mais corroído era o poder de compra dos salários em resultado da inflação “oculta” do mercado paralelo, levando a uma renovada necessidade de envolvimento na economia paralela em busca de rendimentos extra. Este círculo vicioso não fornecia uma verdadeira alternativa para as camadas sociais mais baixas, cujo poder de compra continuava a

⁷² *Resoluções e Mensagens do I Congresso Extraordinário...* op. cit., 1980, pp.39-41; ver no mesmo sentido, ‘Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980’ ... op. cit.

⁷³ *Resoluções e mensagens do I Congresso Extraordinário ...* op. cit...1980, p.39

decrecer, mas beneficiava essencialmente os principais especuladores, os privilegiados pelas posições ocupadas na hierarquia Partidária/Estatal/Militar.⁷⁴

Apesar das denúncias destas realidades por parte de vários documentos partidários, não foram tomadas quaisquer medidas efectivas contra tais práticas no seu conjunto. Pelo contrário, a liderança aprendeu a manipulá-las e a controlá-las, tornando-as estruturais ao sistema político-económico.⁷⁵ Na medida em que o partido dominava o aparelho discriminatório, que dava acesso aos principais canais de abastecimento, também controlava o grosso do sector informal. Deste modo, o sector informal tornou-se uma parte integral do sistema centralizado de controlo e domínio partidário sobre a totalidade do emergente quadro de relações económicas.

É importante notar que a grande maioria dos produtos que alimentavam o mercado informal (bens legal ou ilegalmente importados, legal ou ilegalmente apropriados) eram todos eles pagos com dólares americanos provenientes exactamente da mesma fonte – a renda petrolífera –, distribuída de acordo com critérios partidários de gestão, equilíbrio e manutenção do poder.

Assim, a renda petrolífera acabou por ser o principal sustentáculo de todo o sistema económico: directamente suportando a economia oficial/formal, através do financiamento dos preços subsidiados dos bens e equipamentos, assim como dos salários do improdutivo e ineficiente sector estatal, e indirectamente suportando a economia informal/não oficial, através do financiamento de todas as distorções económicas administrativas, privilégios e benefícios.

Para além de todas as outras implicações económicas que este facto possa representar, a usual afirmação generalista de que a economia se torna cada vez mais dependente em relação às receitas petrolíferas, esconde realidades mais complexas para a estruturação do sistema sócio-económico e político. Contribuirá para o fenómeno de dependência das massas em relação à distribuição das elites; para o fenómeno de autonomização económica das elites em relação ao esforço produtivo das massas; para a possibilidade de centralizar, concentrar e restringir o acesso à principal fonte de rendimentos – a renda petrolífera, depositada em contas bancárias de acesso muito restrito, controlado e vinda do exterior. Constituiu-se assim como um factor de relativa segurança em relação a potenciais facções internas ou elites/sub-elites concorrentes do poder que, conseqüentemente, se tornaram dependentes e leais ao grupo dirigente, permitindo uma relativa estabilidade do sistema patrimonial Angolano, a consolidação do poder e a persecução da hegemonia até aos dias de hoje.

1.2 – Princípios de gestão do poder e da economia política: os confrontos entre alas Esquerda e Direita do partido e o carrossel de equilíbrio patrimonial.

A Esquerda e a Direita do Partido

No que concerne ao topo do sistema, a clarificação e consagração "oficial" do quadro de princípios normativos do modelo de gestão da nova organização económica e política, far-se-á em finais de 1978 e durante o último ano da presidência de Neto (1979), após uma luta directa entre duas posições sócio-políticas de princípios organizativos contrários, que se vinham cristalizando desde a independência no interior do Bureau Político – BP, e do Comité Central - CC, reflectindo em parte, de forma já alterada, as clássicas ou históricas clivagens de elite no

⁷⁴ *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário ...op. cit...1980, p.74; no mesmo sentido 'Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980' ... op. cit. p.13.*

⁷⁵ Christine Messiant chama este fenómeno de « necessidade estrutural »; in Messiant, Christine, 'À propos des...', op. cit. p.78 footnote 37.

seio da aliança M'Bundu/Crioula, entre, por um lado, um segmento relativamente menos assimilado, de tez mais escura e do interior e, por outro lado, um segmento relativamente mais assimilado, de tez mais clara e da costa.⁷⁶

Depois da independência, estas clivagens vão-se expressar e cristalizar no que podemos considerar como alas Esquerda e Direita no topo da direcção do partido, no interior da *clique* de apoiantes indefectíveis de Agostinho Neto. As aqui referidas alas Esquerda e Direita devem ser entendidas como quaisquer outras classificações sócio-políticas utilizadas em Angola; úteis neste caso para explicar um período específico (1975-1983), mas alteráveis ao longo do tempo e decrescendo em importância até ao seu desaparecimento progressivo de 1982/83 em diante, como veremos.

Da independência até à purga do pós-27 de Maio, as divergências no topo do partido ainda não se haviam cristalizado e definido claramente em termos de princípios e posições contrárias devido à necessidade de união do topo contra a ameaça *Nitista*, entendida como ameaça comum por motivos que não poderemos aqui desenvolver. No entanto, logo que a ameaça *Nitista* desapareceu (com um processo de purga partidária e posterior “movimento de rectificação”)⁷⁷, as divergências entre aquelas duas alas tornar-se-ão progressivamente mais agudas em finais de 1977, durante as preparações para o I congresso.

Seguindo os critérios de Wallerstein para definir Esquerda e Direita em África, aquelas categorias sócio-políticas, começam a divergir em termos de ideologia/gestão política, política económica e política externa.⁷⁸

A ala Esquerda (cujos membros mais proeminentes incluíam nomes como Lúcio Lara, Carlos Dilolwa, Iko Carreira e António Jacinto), defendia uma progressão firme rumo ao Socialismo. Em termos de economia política, advogavam uma luta cerrada contra as chamadas práticas contra-revolucionárias, como o mercado negro, o absentismo, o desvio da produção e o não cumprimento das metas de produção, assim como uma maior cooperação económica com países do Bloco de Leste, especialmente Cuba. Esta posição era liderada por Carlos Dilolwa (ministro do plano e segundo vice-primeiro ministro). Em termos de gestão política, defendiam um sistema determinado por critérios ideológico-revolucionários, onde as posições estratégicas de topo do Partido/Estado deveriam ser ocupadas por uma vanguarda versada na teoria Marxista-Leninista, empenhada na construção do Socialismo.⁷⁹ Rejeitavam qualquer critério de peso demográfico na aliança Creolo/M'Bundu no seio do MPLA, rechaçando as pressões da ala Direita por uma base negra M'Bundu do poder (essencialmente da região de Catete, de onde eram originários Mendes de Carvalho, figura de referência da Direita, e o próprio Agostinho Neto).⁸⁰

Ainda que possamos respeitar a possibilidade de honestidade ideológica desta posição, não podemos ignorar o facto de que servia igualmente os interesses pessoais dos seus proponentes no seio do partido, i.e. apesar do menor peso demográfico deste segmento de elite, relativamente mais assimilado e mestiço, o seu relativamente mais elevado nível educacional e

⁷⁶ A este respeito ver Ver Messiant, Christine, 1961, *L'Angola colonial, ...op. cit.*

⁷⁷ Ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola”...op. cit., 2006, pp. 11-57.

⁷⁸ Ver Wallerstein, Immanuel, ‘Left and Right in Africa’, in *The Journal of Modern African Studies*, 9, 1 (1971), pp.5-10.

⁷⁹ A partir de entrevistas com Carlos Dilolwa (Agosto-Setembro 1994); J.M Mabéko Tali (27 Abril 1998); Lúcio Lara (1 Maio 1998); Paulo Jorge (26 Junho 1998); Costa Andrade N'Dunduma (30 Março 1998); Raúl Araújo (2 Abril 1998); Pepetela (7 Julho 1998); António Cardoso (10 Julho 1998); Mendes de Carvalho (17 Julho 1998).

⁸⁰ Como diria Jean-Michel Tali, a influência de alguns originários de Catete sobre Neto era “um factor não negligenciável na maneira como o Chefe de Estado geria o poder”, sendo por vezes apelidada de Catetização do poder; in In Mabeko Tali, Jean-Michel, *Dissidences ...op.cit.* p.411.

preparação ideológica asseguraria a sua primazia política num partido de vanguarda. Em termos de política externa, a Esquerda sustentava um alinhamento intransigente e radical ao lado de outros países Socialistas, reforçando a presença Cubana a todos os níveis da cooperação (militar e civil), rejeitando quaisquer concessões em relação às exigências dos EUA/África do Sul para uma retirada das tropas Cubanas e qualquer relação entre a presença das tropas Cubanas em Angola e a implementação da resolução 435 das Nações Unidas (independência da Namíbia).

Por outro lado, incrédulos em relação ao Marxismo ou qualquer outra ideologia e defendendo essencialmente cultura e tradição, a Direita (cujos membros proeminentes incluíam pessoas como Agostinho Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Manuel Pedro Pacavira ou Imperial Santana), sustentava em termos de política económica uma posição mais flexível e pragmática, aceitando a organização económico-política tal como vinha evoluindo, i.e. um oficialmente proclamado modelo Socialista, mas aceitando e indirectamente suportando os esquemas de generalizada arbitragem entre mercados oficiais e paralelos (negócios privados), mantidos pelo sistema hierárquico de privilégios gerido pelo topo da liderança do Partido/Estado.

Esta ala nutria um profundo descrédito pelas políticas comunistas de colectivização da terra e criticava a postura radical da Esquerda em relação à iniciativa privada. Em termos de gestão política do poder, a Direita apoiava um sistema de liderança que respeitasse o peso demográfico de cada segmento da elite Creolo/MBundu no interior do MPLA, mediante o qual, ainda que menos assimilados, do interior e genericamente menos preparados em termos de teoria Marxista-Leninista, poderiam finalmente atingir a primazia política, destronando a Esquerda intelectual/ideóloga, incluindo a sua base sociológica, que desde o tempo colonial foi relativamente privilegiada.

Para os grupos fora do MPLA, a Direita sustentava uma solução pragmática, i.e. a cooptação ou integração dos seus membros na hierarquia intermédia do partido (e consequentemente dentro da hierarquia distributiva), alargando assim as bases de suporte sócio-político do MPLA. Em termos de política externa, colocavam o nacionalismo acima do internacionalismo, tendo sérias reservas acerca da presença Cubana, sustentando uma abordagem mais flexível e pragmática a questões diplomáticas no que concerne ao Ocidente, aceitando a possibilidade de negociações com os EUA/África do Sul como forma de facilitarem a implementação da resolução 435 da ONU e o reconhecimento Norte Americano do governo Angolano.

Por altura do congresso (Dezembro de 1977), a ala Direita tentou colocar tantos elementos seus quanto possível no CC e conseguir pelo menos um assento no BP; uma jogada que foi tão óbvia que acabou criticada por alguns no próprio congresso⁸¹ e reportada para o exterior como acção de um “lobby regional conhecido por Grupo de Catete”.⁸² Ainda que a ala direita fracassasse em conseguir o tão desejado assento no BP, no entanto conseguiu vários lugares no CC.⁸³

A luta pelo poder e por princípios organizacionais entre Esquerda e Direita atingiu o seu apogeu no plenário do CC em Dezembro de 1978. Nessa altura, as duas alas tiveram um embate frontal, pressionando Neto a tomar posições, mas a natureza híbrida do Presidente, representado características sócio-políticas de ambos os lados, e o seu já forte controlo pessoal sobre todo o sistema político, depois da purga e do movimento de rectificação partidária, permitiu-lhe tomar

⁸¹ Ver Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola ... op. cit.* p.167.

⁸² In Somerville, Keith, *Angola ... op. cit.* p.86; também Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola ... op. cit.* p.167.

⁸³ Dos membros proeminentes da Direita, apenas Imperial Santana não teve assento no CC.

opções muito próximas das sustentadas pela Direita, sem deixar que isso parecesse uma derrota da Esquerda.

Internamente, a reunião do CC abriu a possibilidade aos negociantes privados angolanos para poderem criar firmas de construção e camionagem (transporte de mercadorias para as províncias). No dia seguinte ao plenário do CC, num comício em Luanda a 10 de Dezembro, Neto enfatizou que os angolanos do sector privado teriam um papel a jogar na economia do país⁸⁴ e uma semana depois, a 17 de Dezembro, afirmou a necessidade de oferecer mais possibilidades à iniciativa privada, actividades que, segundo ele, não deveriam ser consideradas contra-revolucionárias como à primeira vista poderiam parecer.⁸⁵ Reconhecendo a incapacidade do Estado no sector da habitação, foi levantada a proibição à construção informal e sugerida uma atitude mais flexível em relação ao pequeno comércio como forma de ajudar à recuperação dos mercados rurais, reconhecendo que homens e mulheres que viviam no campo sofriam muito, porque dificilmente conseguiam vender, comprar ou produzir.⁸⁶ Mesmo observadores estrangeiros, simpáticos em relação às posições da esquerda, como David Ottaway, admitiam e justificavam a necessidade de Neto pelo pragmatismo,

*A necessidade de pragmatismo é evidente para o visitante. Todas as mercearias de Luanda parecem ter uma longa fila e existe muita falta de frutas, vegetais e carne. Num país outrora entre os principais exportadores mundiais de café, existe muito pouco café disponível na capital.*⁸⁷

Aparente ou não, tal pragmatismo era visto como um forte revés para as posições da Esquerda, especialmente para Carlos Dilolwa, que expressou a sua discordância com tais concessões⁸⁸, tendo pedido a demissão do seu cargo no governo, como segundo vice-primeiro ministro, para a economia, e do seu cargo no BP. O primeiro-ministro Lopo do Nascimento, na altura assumindo uma posição próxima da Esquerda, ainda que seja muito discutível se de facto assumia a posição da Esquerda em todas as matérias, perdeu o seu lugar no BP, assim como o cargo de primeiro-ministro, um cargo que foi simplesmente abolido.⁸⁹ Outros membros da Esquerda, como António Jacinto, acabaram progressivamente por aceitar o pragmatismo de Neto.⁹⁰

Alguns meses mais tarde, durante o discurso do 1º de Maio, Neto anunciou novas áreas abertas à iniciativa privada, englobando algumas actividades comerciais privadas de alimentação e bens de consumo, como forma de compensar a escassez causada pela ineficiente produção e distribuição.⁹¹ Enquanto Neto anunciava publicamente várias concessões ao sector privado, a única “vitória” que a ala Esquerda conseguia era uma declaração do BP no 1º de Maio, vaga e inócua, denunciando alguns sectores da “pequena burguesia” que queriam assumir as posições da burguesia colonial e os valores morais e ideológicos do capitalismo, como o desdém pela classe trabalhadora, a recusa em resolver os problemas concretos das massas, o amor pelo luxo

⁸⁴ Cit. in ACR, 11 (1980), p.B487.

⁸⁵ Discurso de Agostinho Neto em Luanda a 17 Dezembro de 1978, intitulado ‘Nada pode parar a nossa revolução.’ Cit. in Meyns, Peter, ‘O desenvolvimento ... op. cit. p.144.

⁸⁶ Reportado por Augusta Conchiglia para *Afrique-Asie*, 177 (25 Dezembro 1978), pp.23-25; no mesmo sentido, *Le Monde* (12 Dezembro 1978).

⁸⁷ Artigo de David Ottaway ‘Angola tries new pragmatism; Neto asks for help to repair economy’ in *Herald Tribune* (27 Dezembro 1978).

⁸⁸ Entrevistas com Carlos Dilolwa (Agosto-Setembro 1994); também in Mabeko Tali, Jean-Michel, *Dissidences ...op.cit. p.410.*

⁸⁹ Contrariamente a Dilolwa que se demitiu de todos os postos no Partido e no governo, Lopo do Nascimento manteve a sua posição no CC e foi depois nomeado para representar Angola na OUA (obviamente uma demissão) e posteriormente nomeado como comissário provincial.

⁹⁰ In Mabeko Tali, Jean-Michel, *Dissidences ...op.cit. p.410.*

⁹¹ Cit. in *Associated Press* (2 Maio 1979).

e vida fácil, o espírito de ostentação, a negligência, a corrupção política e económica e o oportunismo.⁹²

Mesmo antes daquele plenário do CC, Neto havia mostrado alguns sinais de pragmatismo e liberalismo. Numa tentativa de normalizar as relações económicas com o Ocidente, o Presidente encetou uma aproximação aos países da Comunidade Económica Europeia – CEE,⁹³ em particular à Bélgica, cujo primeiro-ministro foi informado por Neto de que Angola estava ansiosa por estabelecer laços de cooperação económica com os países da Europa Ocidental como forma de diversificar os seus parceiros internacionais e reduzir a sua dependência em relação a Cuba e ao bloco Soviético.⁹⁴ Para além dos acordos inter-governamentais, Neto mostrou interesse pelo investimento privado Ocidental em larga escala, especialmente dirigido para o petróleo, aberto a outras companhias para além da Gulf Oil e da Petrofina,⁹⁵ mas também incluindo projectos de desenvolvimento noutras áreas, como as pescas, minas de urânio e ferro, para além da recuperação do porto do Lobito e do caminho de ferro de Benguela.⁹⁶ No entanto, a CEE concedeu a Angola o estatuto de observador nas renegociações da Convenção de Lomé.⁹⁷

Ainda a nível da política económica externa, alguns dias antes do plenário, já os jornalistas Ocidentais falavam de uma “mudança da ideologia para o pragmatismo” à medida que a “economia se afunda”⁹⁸ e por altura do plenário do CC (6 a 9 de Dezembro de 1978), a maior abertura económica ao Ocidente era reafirmada e tornada concreta. Neste sentido, Neto anunciou a preparação de uma nova e mais atractiva lei do investimento privado, que foi efectivamente aprovada em Julho de 1979, abarcando todas as áreas da actividade económica, permitindo vários benefícios, como o repatriamento de lucros, garantias de compensação em caso de nacionalização, isenção de impostos e direitos alfandegários.⁹⁹ No caso específico do sector petrolífero a nova lei era ainda mais “liberal” que a anterior, aprovada em 1978.¹⁰⁰

Carrossel Patrimonial de Equilíbrio e Cooptação

Depois do plenário, Neto vai definitivamente colocar em funcionamento um sistema de gestão de equilíbrios do poder baseado na rotação de nomeações para as posições de topo no Partido e Estado, incluindo governo central, governos provinciais, empresas públicas e embaixadas; criando uma espécie de *carrossel patrimonial* de posições, nas quais os elementos chave do Partido rodavam de acordo com as necessidades políticas do sistema, incluindo o equilíbrio

⁹² Cit. in *The Guardian* (US) (9 Maio 1979).

⁹³ Em Julho de 1978, o Comissário da CEE para o Desenvolvimento, Claude Cheysson, visitou Angola e de acordo com as suas palavras, ‘Angola quer incrementar o comércio com o Ocidente e está muito receptiva ao investimento Ocidental [...] fiquei impressionado pelo desejo de Neto e dos seus ministros para imediatamente discutirem certos problemas de desenvolvimento. Os seus parceiros tradicionais não lhes podem oferecer muito neste campo’; cit. in *ACR*, 11 (1980), p.B497.

⁹⁴ Tal declaração foi feita durante uma visita de Henri Simonet (Ministro belga das Relações Exteriores) a Luanda em Setembro de 1978; in *New York Times* (18 Setembro 1978); também *ACR*, 11 (1980), p.B497.

⁹⁵ Ver *The New York Times* (18 Setembro 1978).

⁹⁶ In *West Africa* (23 Outubro 1978).

⁹⁷ As negociações da convenção de Lomé tiveram lugar em Bruxelas a 18 de Setembro, numa sessão conjunta entre a CEE e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico); in *ACR*, 11 (1980), p.B497.

⁹⁸ In artigo de David Lamb ‘Angola moving to end isolation from the West and dependency on Cubans’ in *Los Angeles Times* (3 Dezembro 1978); igualmente artigo de David Lamb ‘Cuban advisers downgraded; Angola turns pragmatic as economy founders’ in *Herald Tribune* (6 Dezembro 1978); também artigo de David Ottaway ‘Angola tries new pragmatism; Neto asks for help to repair economy’ in *Herald Tribune* (27 Dezembro 1978).

⁹⁹ In artigo ‘Angola states terms for investors’ por Quentin Peel in *Financial Times* (11 Julho 1979).

¹⁰⁰ Conforme enfatizado por Bhagavan, tal como a anterior “Lei do Petróleo” (13/78 de 1978), esta nova Lei aparece com um cariz liberal quando comparada com outros países africanos com sistemas económicos semelhantes, fornecendo benefícios como garantias de não nacionalização por períodos de 10 a 15 anos; garantia de pagamento de indemnizações adequadas e juros em caso de posterior nacionalização, permitindo a transferência de lucros até 25% do capital investido; acesso ao mercado de crédito angolano; isenção de impostos e direitos de importação e exportação durante os primeiros anos de produção; autorização de meios de transferência para pagamento de dívidas no exterior. In Bhagavan, M.R., *Angola...op. cit.*, 1980, p.21.

micro-identitário (etno-linguístico, regional, racial e familiar), com óbvia predominância para o coração Creolo/MBundu do MPLA, a quem ficava assegurada a supremacia política e económica no seio da grande aliança representada pelo partido e, conseqüentemente, a supremacia sobre o aparelho de Estado e benefícios económicos a que dava acesso. De entre os maiores e mais relevantes grupos etno-linguísticos, os Ovimbundu eram o único que não estava representado no BP, devido ao ressentimento provocado pelas renovadas e crescentes ofensivas da UNITA/África do Sul e aos crescentes laços de identificação entre Ovimbundu e UNITA. No entanto, abaixo do BP, alguns Ovimbundu, já com um percurso dentro do MPLA, alcançaram posições de topo; tal foi, por exemplo, o caso de Faustino Muteka, nomeado Ministro dos Transportes em Janeiro de 1979.¹⁰¹

Para além dos órgãos de topo, a nível intermédio da hierarquia do Estado, alguns meses antes do plenário, Neto já havia mostrado sinais de querer gerir o sistema político baseado na cooptação, integração selectiva e estratégica de membros de outros movimentos e mesmo de grupos dissidentes no interior do MPLA. Deste modo, em Setembro de 1978, anunciou em Cabinda a sua política de clemência e amnistia parcial, seguida de integração no MPLA, para os membros da FNLA, FLEC, Revolta Activa, Revolta do Leste e simpatizantes de Nito Alves, sem no entanto mencionar a UNITA.¹⁰² A seguir ao referido plenário do CC, Neto vai afirmar que todos aqueles que pertenceram a tais organizações deveriam ter as mesmas oportunidades e direitos sem qualquer discriminação.¹⁰³ Como resultado da política de clemência, vários membros da FNLA desertaram e renderam-se ao MPLA durante o ano de 1979, sendo depois reintegrados nas estruturas do Estado a par de membros de grupos dissidentes do MPLA.¹⁰⁴

Ainda que em termos gerais a ala Direita tenha prevalecido no que concerne aos princípios de gestão económico-política, tal facto não representou no imediato uma derrocada decisiva para os membros da Esquerda. À excepção de Carlos Dilolwa, que resignou às suas funções governamentais e no BP, (contra a vontade de Neto)¹⁰⁵, os membros da ala Esquerda mantiveram em geral as suas posições no CC e BP¹⁰⁶, tal como os membros da ala Direita mantiveram as suas no CC.¹⁰⁷

Legitimidade Pragmática Popular

Para a maioria da população, a posição económica pragmática da Direita assumida por Neto no topo do sistema foi obviamente vista como uma primeira concessão à propagação dos procedimentos privados/informais/ilegais, baseados na arbitragem. Mais do que isso, foi implicitamente assumido como uma primeira cedência/condescendência oficiosa aos princípios legitimadores dessas práticas. Tais procedimentos tornavam-se legítimos face a dois processos

¹⁰¹ In Rádio Nacional de Angola (17 Janeiro 1979), cit. in *Survey of World Broadcast - SWB* (19 Janeiro 1979).

¹⁰² Discurso de Agostinho Neto em Cabinda a 16 de Setembro de 1979, in *Seleção de discursos do Camarada Presidente Agostinho Neto* (Luanda: DIP, 1978), pp.43-54.

¹⁰³ In Rádio Nacional de Angola (17 Dezembro 1978), cit. in *SWB* (19 Dezembro 1978).

¹⁰⁴ Cinco líderes da FNLA, todos eles antigos membros da facção de Chipenda da revolta do Leste, regressaram a Luanda em Janeiro de 1979: Victor Kambuta e Luís Azevedo Jnr, membros do BP da FNLA; Manuel António, Silva Neto e Dinis de Moura, membros do CC da FNLA. Devido a negociações prévias com o Zaire em finais de 1978, Neto conseguiu que Mobutu anunciasse a expulsão da FNLA e da FLEC do Zaire; mais tarde, a 27 de Outubro de 1979, até Holden Roberto teve de abandonar o Zaire, refugiando-se em Paris com vários outros líderes do movimento, num acto que representou um golpe fatal nas ambições da FNLA e do seu líder; In *ACR*, 12 (1981), p.B674.

¹⁰⁵ De acordo com Dilolwa, Neto ficou furioso com a sua demissão e procurou que mudasse de opinião. Contudo, para Dilolwa, as concessões económicas feitas naquele plenário constituíram um revés fatal para a construção de um projecto Socialista; a partir de entrevistas com Carlos Dilolwa em Luanda (Agosto-Setembro de 1994).

¹⁰⁶ Lopo do Nascimento (ainda que seja discutível se alinhava completamente com a Esquerda em todas as matérias) perdeu o seu lugar no BP, mas não no CC.

¹⁰⁷ Membros proeminentes da Direita como Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Bernardo de Souza e Manuel Pedro Pacavira permaneceram no CC e membros proeminentes da Esquerda como Lúcio Lara e Iko Carreira permaneceram no BP.

simultâneos: por um lado, o contínuo e progressivo incumprimento das “obrigações distributivas” do Estado em relação à maioria da população (decrecente poder de compra dos salários, escassez de alimentos e bens a preços oficiais, deterioração dos serviços de apoio social¹⁰⁸); por outro lado, o cada vez mais discriminatório e selectivo carácter assumido pelas nomeações do partido e do Estado e conseqüentemente o cada vez mais discriminatório e restrito acesso aos benefícios e privilégios inerentes a tais nomeações.¹⁰⁹

A partir daí, um processo cumulativo auto-reforçador foi despoletado, através do qual a crescente fraqueza da economia oficial em fornecer bens e serviços a par do sistema discriminatório do Partido-Estado, legitimava a economia informal e pressionava para o seu desenvolvimento, enfraquecendo ainda mais a economia oficial e reforçando o processo de legitimação do informal/ilegal.

Assim, ao contrário do anunciado carácter provisório das cedências feitas à iniciativa privada¹¹⁰, tornava-se óbvio que tais concessões seriam apenas as primeiras de uma longa lista que se seguiria. De acordo com Zenha Rela,

A verdade é que “o desprezo por quem era privado” tão característico dos anos “heróicos” começa a transformar-se de forma progressiva, em “desejo de também ser privado”, ou seja, em também conseguir a “posse” dos meios de produção sem, no entanto, abandonar os cargos exercidos no partido e no Estado. (...) Muitos dos que em 76 clamavam contra todos que pretendiam “sabotar a economia” começam o seu percurso para empresário (...).¹¹¹

Na medida em que estas práticas eram obviamente ilegais, emergiu uma distância cada vez maior entre a legitimidade pragmática e a legitimidade legal; i.e. as práticas informais que eram ilegítimas do ponto de vista legal, eram de facto legítimas de acordo com o pragmatismo da necessidade económica. O resultado líquido deste distanciamento foi o cada vez mais generalizado desrespeito e desprezo pela ordem jurídica¹¹², descrito pelo CC em 1980 como “não cumprimento da Lei”¹¹³ e por outros documentos do congresso em termos mais dramáticos, como a decrecente autoridade do Estado, a falta de disciplina, o “deixa andar”¹¹⁴, o não exercício de autoridade pela polícia, e o incumprimento generalizado da Lei.¹¹⁵

Solidariedades primárias estavam cada vez mais na base das práticas económicas predatórias em expansão. O congresso de 1980, que como vimos havia denunciado todas as actividades informais (roubo generalizado, desvios de produção, corrupção, redes organizadas, envolvimento de gestores, quadros e forças de segurança, etc.), atacou também as solidariedades prevaletentes que as tornavam possíveis, nomeadamente o “regionalismo,

¹⁰⁸ Vidal, Nuno, “Sectores Sociais, Sociedade Civil, Política e Direitos Humanos em Angola” in Vidal, Nuno & Pinto de Andrade, Justino (eds.), *Sociedade Civil e Política em Angola* (Luanda e Lisboa: Firmamento, 2008), pp. 11-40.

¹⁰⁹ A respeito do processo de “elitismo” no seio do partido a partir do movimento de rectificação ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola”...op.cit., 2006, pp. 11-57; também neste sentido ver Messiant, Christine, ‘À propos des...’, op. cit. pp.78-79.

¹¹⁰ Logo a a seguir ao plenário, quando Neto anunciou que seriam autorizadas pequenas empresas privadas, enfatizou que tal medida não significava que o objectivo de estabelecer um Estado comunista havia sido abandonado, acrescentando que ansiava pelo dia em que todos os angolanos pudessem erguer-se e dizer orgulhosamente “Eu sou comunista”. Dizia Neto que a situação seria diferente em 10, 20, ou 30 anos, mas a necessidade urgente e imediata era conseguir ter a sociedade a funcionar e resolver os problemas do povo; reportado por Flora Lewis para *The New York Times* (13 Dezembro 1978).

¹¹¹ Zenha Rela, José Manuel *Angola ... op. cit. pp.57-58.*

¹¹² Estamos obviamente a referir-nos a questões civis; a respeito de questões de defesa e segurança a ordem jurídica era temida e respeitada; ver Vidal, Nuno “Multipartidarismo em Angola” ...op. cit., 2006, pp. 11-57.

¹¹³ In *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário...* op. cit...1980, p.95.

¹¹⁴ In ‘Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980’ ... op. cit. p.11.

¹¹⁵ *Ibid.* p. 27.

racismo e sectarismo (...) que contribui para a desorganização e falta de disciplina na produção e distribuição, impedindo o progresso (...) rumo ao Socialismo”.¹¹⁶ O relatório do CC apontava no mesmo sentido,¹¹⁷ e um terceiro documento do congresso, fazendo um balanço social e económico do período de 1978-1980, acrescentou àquelas solidariedades o “nepotismo”¹¹⁸ e o “apadrinhamento”, “promovendo a incompetência”.¹¹⁹

O que tornava este tipo de solidariedades preferenciais, sectárias e discriminatórias, “um problema”, em Angola como noutros países Africanos, era o tipo de distorções sócio-económicas que gerava¹²⁰, permitindo entre outros fenómenos o acentuar do recurso às mesmas solidariedades e o reforço da mesma dinâmica e distorções num processo cumulativo que se tornava estrutural.

2 - O QUADRO DE RELAÇÕES ECONÓMICAS DESENVOLVIDO DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DE EDUARDO DOS SANTOS

Num contexto de agravamento das condições e dinâmicas analisadas na presidência de Neto no que respeita à situação militar, à ineficiência e ineficácia de uma vasta máquina administrativa, ao colapso generalizado da produção (excepção feita ao petróleo) e a renovados conflitos entre as alas Esquerda e Direita, o novo Presidente vai encetar uma estratégia que o levará à hegemonia pessoal e institucional sobre o sistema económico-político.

Em primeiro lugar, o novo Presidente acabará com a proximidade e influência que os “velhos barões” (de ambas as alas) tinham sobre a presidência durante a administração de Neto. Estas alas irão progressivamente desaparecer ao longo dos anos oitenta, dando lugar a outro tipo de clivagens e tendências, mais relacionadas com disputas e competição pela ocupação de cargos dentro do aparelho existente e respectivas possibilidades de apropriação de recursos e acumulação de riqueza, do que com quaisquer divergências ideológico-político-económicas.

Em segundo lugar, a nova administração vai autonomizar a área das relações externas nas matérias importantes para a lógica do sistema - negócios com entidades públicas e privadas externas, nomeadamente ao nível do sector do petróleo. Irá insularizar a empresa petrolífera estatal de quaisquer influências governamentais ou partidárias, transformando-a no centro operacional de construção e gestão da hegemonia do poder presidencial sobre todo o sistema.

2.2 – Administração pública e produção material: acentuar da ineficiência e ineficácia

Administração Pública

Ao longo dos anos oitenta, agravaram-se os problemas constatados durante a administração de Neto ao nível da administração pública, levando o novo Presidente a admiti-los no seu discurso de abertura da I Conferência Nacional do Partido em 1985, realçando que uma grande parte do orçamento de Estado era absorvido por salários pagos a trabalhadores da administração pública sem retorno ao nível da eficácia do seu trabalho, sendo que o aumento do número de funcionários públicos não trouxe nem o aumento da eficiência nem a qualidade dos serviços.¹²¹

¹¹⁶ In *Resoluções e mensagens do I Congresso Extraordinário* ...op. cit...1980, p.36.

¹¹⁷ In *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário*... op. cit...1980, p.37.

¹¹⁸ ‘Principais resultados do desenvolvimento económico-social da RPA no triénio 1978-1980’ ... op. cit. p.11.

¹¹⁹ *Ibid.* p.27.

¹²⁰ Ver Bayart, Jean-François, *The State in Africa, the politics of the belly* (London: Longman, 1989), chapter 1.

¹²¹ Discurso de abertura do Presidente à I Conferência Nacional, in *Documentos da I Conferência Nacional do MPLA-PT, de 14 a 19 de Janeiro* (Luanda: Edição do Secretariado do Comité Central, 1985), p.22.

Na medida em que todo o sistema económico Socialista dependia do funcionamento da administração pública, uma burocracia cada vez mais ineficiente tinha um crescente “efeito terminal na maioria das actividades”¹²², com um “custo incalculável” durante a administração de Eduardo dos Santos.¹²³

Ainda que os salários estivessem a perder poder de compra, permaneciam uma renda, dado que a produtividade tinha decaído, conforme assinalado pelo II congresso (Dezembro de 1985).¹²⁴ A mentalidade *rentiére* permaneceu forte em todos os sectores do Estado e, conforme observado por Bhagavan em 1983, prevaleciam expectativas irrealistas segundo as quais o Estado era suposto desempenhar o papel do “grande pai”, fornecendo bens e serviços gratuitamente.¹²⁵

Agricultura e Pescas

A situação do sector agrícola na primeira metade dos anos oitenta foi de colapso generalizado, tanto ao nível das cooperativas como do sector privado camponês.

Nesta fase, as cooperativas agrícolas estatais sobreviveram quase que inteiramente de subsídios estatais. Mesmo os analistas simpatizantes da causa Socialista reconheciam que “do ponto de vista económico estas cooperativas falharam em todos os sentidos. O valor da sua produção é inferior aos custos de produção”.¹²⁶

A ruptura causada pela Guerra não poderia por si só explicar tal colapso generalizado em todo o país. Muitas províncias no Sudoeste, com acesso directo a portos e relativamente pouco afectadas pela guerra (como por exemplo uma boa parte da província de Benguela, Namíbe e Huíla) estavam na mesma situação. Para além da guerra, um dos principais problemas residia na crescente incapacidade do enorme e cada vez mais ineficiente aparelho administrativo em coordenar vários sectores e em apoiar um sistema agrícola de planeamento central, conforme reconhecido pelo relatório do CC ao II congresso, de Dezembro de 1985.¹²⁷ No início da década de oitenta era já claro o fracasso da política de nacionalizações. Os Agrupamentos de Unidades de Produção não tinham pessoal competente em número suficiente, não recebiam sementes e alfaías agrícolas atempadamente ou sequer reposição de peças para as máquinas agrícolas, entrando em ruptura completa, com roubo de gado por parte dos camponeses e vivendo quase que exclusivamente de subsídios estatais.¹²⁸

Ao nível do sector camponês privado, a tendência que já se verificava no final da presidência de Neto agravou-se de sobremaneira; a esmagadora maioria dos camponeses parou de negociar nos sistemas comerciais estatais, produzindo para auto-consumo e trocando os poucos excedentes com comerciantes privados que se dirigiam às áreas rurais. Preços em crescendo

¹²² “A burocracia governamental, operada como é por uma mera mão cheia de funcionários públicos dedicados e competentes, apoiados por um exército de trabalhadores braçais quase-analfabetos, tem um efeito devastador na maioria das actividades”; relatado a partir de Luanda por Quentin Peel, in *Financial Times* (14 Setembro 1981).

¹²³ Conforme observado por Birmingham nos anos oitenta, ‘Muitos dos lugares na administração não servem qualquer função residual, mas aboli-los seria politicamente inconcebível. (...) No entanto, o custo em termos de tempo perdido (...) [com todo o tipo de burocracias] é incalculável.’; in Birmingham, David, ‘Angola revisited’ ... op. cit. p.8.

¹²⁴ *Relatório do Comité Central ao II Congresso do Partido, realizado em Luanda de 2 a 10 de Dezembro de 1985* (Luanda: Edição do Secretariado do Comité Central, 1985), p.106.

¹²⁵ In Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. pp. 43-44.

¹²⁶ In Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. p.39.

¹²⁷ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...* op. cit. 1985, p.109. Uma obra de ficção que descreve este tipo de situações de forma brilhante, Pepetela, *Geração da Utopia* (Lisboa: Dom Quixote, 1992) p.234.

¹²⁸ In Hodges, Tony *Angola to the 1990's ...* op. cit. pp. 85-86.

contínuo para os produtos agrícolas nos mercados paralelos, na ordem dos 30% a 100% mais elevados do que no mercado oficial, constituíam um incentivo para este tipo de comércio.¹²⁹

No entanto, contrariamente ao expectável, tal comércio era incapaz de desenvolver a produção agrícola devido, por um lado, à limitada variedade e quantidade de bens que podiam ser oferecidos pelos camponeses aos comerciantes privados (dada a impossibilidade de expandir a produção face ao recrudescer da guerra e a falta de apoio à agricultura) e, por outro lado, devido à também limitada variedade e quantidade de bens que podiam ser oferecidos pelo comércio privado aos camponeses (dado o número restrito de fontes de abastecimento de bens que poderiam ser legal ou ilegalmente obtidos pelos comerciantes).

Conforme observado por Bhagavan em 1983, o comerciante privado tinha três fontes principais para aquisição de produtos: a primeira, eram as pessoas que entravam nas filas de espera das lojas oficiais para depois revenderem os bens aos comerciantes com algum lucro; a segunda consistia nos trabalhadores que vendiam parte dos bens a que tinham acesso nas suas fábricas a preços reduzidos ou por via dos chamados pagamentos em espécie (auto-consumo); a terceira consistia nos trabalhadores, supervisores e pequenos quadros de empresas, que simplesmente desviavam bens nos seus locais de trabalho (portos, aeroportos, fábricas, lojas, armazéns) para os venderem.¹³⁰

A estas três fontes devemos juntar a anteriormente referida importação ilegal/informal proveniente das viagens “turísticas” ou de “serviço” ao exterior, mas também com limites em termos de produtos e quantidades que podiam ser injectadas no sistema por esta via.

Todas estas fontes eram obviamente incapazes de gerar um regular e substancial fluxo de produtos para alimentar um comércio rural em larga escala em todo o país, que compensasse o ineficiente sector estatal.

Perante o total fracasso do sistema de abastecimento de bens agrícolas e na tentativa de atrair alguma produção para os canais oficiais, em 1981 o governo lançou uma campanha de comércio, organizando mercados de troca directa, que deveriam coincidir com a época de colheitas específicas em áreas de agricultura intensiva.¹³¹ Camiões carregados de produtos industriais dirigiam-se aos campos, onde esses produtos deveriam ser trocados directamente com os camponeses por produtos agrícolas. No entanto, o carácter excepcional de tais medidas, limitadas no tempo e no espaço¹³², não resolviam o problema¹³³, incapazes portanto de parar a contínua trajectória descendente da produção agrícola, seja ao nível do café¹³⁴, mandioca, cereais, algodão ou sisal.¹³⁵

¹²⁹ Em 1983, o preço para os mesmos produtos agrícolas era cerca de 30 a 100% mais elevado nos mercados paralelos; in Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. p.22; esta tendência continuou ns anos seguintes conforme reportado em 1986 por Tony Hodges in *Financial Times* (4 Agosto 1986)

¹³⁰ In Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. p.23.

¹³¹ Ver Wolfers, Michael and Bergerol, Jane, *Angola ...* op. cit. p.143.

¹³² Somente quatro de um total de 18 províncias eram parte destas campanhas devido a problemas de transporte e às emboscadas da UNITA; in Rádio Nacional de Angola (2 Novembro 1981), cit. in *SWB* (4 Novembro 1981).

¹³³ Tais medidas eram incapazes de evitar que a produção comercializada caísse 26% em 1981, criando escassez generalizada nas cidades; relatado por Michael Holman in *Financial Times* (21 Junho 1982).

¹³⁴ Em 1981/82, a produção de café havia caído para 20.040t (334.000 sacas de 60Kg) comparada com 21.501t em 1981; houve nova queda em 1982/83 para 17.400t (290.000 sacas) e para 10.589 t. em 1984 (176.483 sacas), recuperando ligeiramente para 13.686t em 1985 (228.100 sacas); in *ACR*, vol. 16, (1985), p.B612; também *ACR*, vol.18 (1987), p.B631.

¹³⁵ A produção de mandioca seca caiu de 19.000t em 1981 para apenas 1000t em 1985; a produção de cereais em 1984 foi estimada em cerca de 7% menos do que a média estimada da produção em 1979-1983 e no primeiro trimestre de 1986 Angola necessitou de 330.000t. em importações de cereais e o Programa Alimentar das Nações Unidas anunciou necessidades de ajuda alimentar de 120.000t. Uma outra cultura a enfrentar dificuldades foi o açúcar; as três únicas fazendas ainda em produção ficaram aquém dos objectivos de produção para 1984/85 devido a faltas de *inputs* e nos anos setenta produziam menos de um

Apesar de não ser directamente afectada pela guerra, a indústria pesqueira continuou o seu acentuado declínio.¹³⁶ Problemas como a paralisação de parte da frota de pesca, deficiente apoio técnico e material à indústria pesqueira e faltas regulares de alimentação para as tripulações, estão relatados em documentos do partido.¹³⁷

Se durante a presidência de Neto os relatórios falavam de crónica escassez de alimentos nas lojas do povo, durante a primeira metade dos anos oitenta a situação era ainda mais alarmante. Fruta e vegetais frescos haviam simplesmente desaparecido do mercado retalhista oficial de Luanda e até mesmo o peixe era escasso, sendo que a situação ainda era pior nas províncias.¹³⁸ A procura diária por locais onde adquirir bens alimentares ocupava uma boa parte do dia da maioria das pessoas¹³⁹; greves no porto de Luanda exigiam alimentos e não aumentos salariais.¹⁴⁰

Independentemente da escassez alimentar, e em paralelo à discriminação dos camponeses no interior do partido¹⁴¹, a actividade agrícola no seu conjunto começava a ser progressivamente negligenciada pelo governo central, que lhe começou a dedicar cada vez menos atenção em termos de investimentos e despesas que seriam cruciais para a sua recuperação, tal como confirmado pelo relatório do CC ao II congresso, sumariando os primeiros cinco anos da década,

*Os valores alcançados no quinquénio, além de estarem quase sempre muito abaixo do planificado, registaram de ano para ano quedas de produção, tendo-se acentuado em 1983. (...) uma análise atenta das despesas cambiais permite-nos constatar a pouca atenção que este sector mereceu no conjunto dos sectores da nossa economia pois os dados não confirmam na prática a definição de que a agricultura é a base do nosso desenvolvimento.*¹⁴²

Este tipo de negligência económica poderá ser vista como o corolário de uma “política de longo-prazo, de alimentar a cidade mas negligenciar os camponeses”, para usar uma frase de Birmingham¹⁴³, mas sabendo nós que agora até as cidades estavam a enfrentar problemas de escassez alimentar.

Reflectindo em termos muito simplistas o declínio do sector agrícola, o relatório do CC ao congresso de 1985 concluiu que “o país tem de importar a maioria dos alimentos que consome”.¹⁴⁴ A esta declaração devemos acrescentar que o país estava já a receber

terço do seu nível habitual. A produção de sisal e algodão caiu em proporções semelhantes ao açúcar, in *ACR*, vol. 16, (1985), p.B612; *ACR*, vol.17 (1986), p.B621; *ACR*, vol.18 (1987), p.B631.

¹³⁶ A frota nacional de pesca teve de reduzir o seu já de si reduzido plano de 1984 em cerca de 38% para 65.000t (ainda menos do que as 75.890t pescadas por navios Angolanos em 1983), e ainda assim não conseguiu sequer atingir este objectivo reduzido porque muitos barcos de pesca necessitavam de reparações e peças de substituição que não existiam ou não eram suficientes; in *ACR*, vol.17 (1986), p.B621. De acordo com Hodges, em 1985 o pescado capturado caiu para 62.500t; in Hodges, *Tony Angola to the 1990's ...* op. cit. p.98.

¹³⁷ Ver *Documentos da I Conferência Nacional ...* op. cit...1985, p. 37; também *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...* op. cit...1985, p.110.

¹³⁸ In *Foreign Report* (11 Novembro 1981), publicado pelo *The Economist*, p.5.

¹³⁹ Relatado por Michael Holman in *Financial Times* (21 Junho 1982).

¹⁴⁰ Artigo de Jean-Claude Pomonti com o título ‘Les stigmates d’un effondrement’, in *Le Monde* (28 Janeiro 1981).

¹⁴¹ Ver Vidal, Nuno, “The Angolan regime and the Move to Multiparty Politics” in Chabal, Patrick & Vidal, Nuno, *Angola, the weight of history* (London & New York: Hurst & Columbia, 2007), pp. 124-174.

¹⁴² In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...* op. cit...1985, p. 109.

¹⁴³ In Birmingham, David, *Frontline Nationalism...* op. cit. p.78.

¹⁴⁴ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...* op. cit...1985, p.101.

quantidades substanciais de ajuda alimentar¹⁴⁵ para enfrentar a fome e a má nutrição agudas em várias províncias ao longo de 1985.¹⁴⁶

Indústria

Ao nível da indústria, a aplicação mais austera da repressiva legislação laboral a seguir à tentativa de golpe (*cf. supra*) tornou-se absolutamente inócua do início dos anos 80 em diante. Práticas que emergiram durante a presidência de Neto, como o absentismo ao trabalho e os desvios de produção para alimentar o mercado informal, a falta de disciplina, eficiência e eficácia nos locais de trabalho, tornou-se a regra geral para trabalhadores e gestores. Em 1983, Bhagavan observava que o absentismo reinava na indústria a todos os níveis da hierarquia e em todos os estratos,

*Os trabalhadores evitam o trabalho, assim como os gestores. Trabalhadores e gestores aparecem nos locais de trabalho de manhã, registam a sua presença para manterem os empregos e salários e desaparecem passado um bocado. O que fazem no resto das "horas de trabalho"? (...) fornecem serviços e bens no chamado "sector informal" (apelidado de esquema em linguagem popular). (...) persiste um individualismo anárquico entre trabalhadores de todos os estratos.*¹⁴⁷

Reconhecendo a ineficácia da anterior legislação repressiva e a rendição geral a tais práticas, o relatório do CC ao II congresso limitou-se a referir "a necessidade premente da elaboração de uma nova lei que puna de forma mais severa e exemplar todos aqueles que pratiquem crimes contra a economia nacional".¹⁴⁸ No entanto, o assunto não teve desenvolvimentos e mesmo os observadores estrangeiros reconheceram a impossibilidade ou falta de vontade, ou ambas, de impor uma disciplina industrial a partir de cima, recorrendo a ameaças ou acções punitivas.¹⁴⁹

Na sequência de tais práticas, e também devido aos efeitos nefastos da guerra nas infra-estruturas e no fornecimento de matérias-primas, a produção da indústria transformadora caiu dramaticamente durante os primeiros cinco anos da presidência de Eduardo dos Santos. Logo em 1981, Roberto de Almeida, então secretário do partido para a política económica e social, avisava que várias fábricas não estavam a produzir nem sequer para fazer face aos salários dos seus trabalhadores.¹⁵⁰ A fraca recuperação entre 1977-1981 (alcançando um pico de produção em 1981, representando 40% dos níveis de 1973), regrediu em 1982 para os níveis de 1976 (ou seja, cerca de 35% dos níveis de 1973), caindo novamente em 1983 para 32% dos níveis de produção de 1973, depois para 30%, e seguidamente para 20% em 1987 (um nível de produção que seria mantido nos anos seguintes).¹⁵¹ Em 1983, já se tinha tornado claro que a indústria

¹⁴⁵ Em Junho de 1982, a FAO anunciou que concedeu ajuda a Angola no valor de US\$21 milhões; in Rádio Nacional de Angola (6 Junho 1982), cit. in SWB (8 Junho 1982). A 15 de Janeiro de 1985 a mesma organização anunciou que Angola iria ter de importar comercialmente cerca de dois terços do seu déficit de alimentos de 1984-1985 e que havia conseguido assegurar a maioria dos seus pedidos de ajuda alimentar (71.000t das 83.000t necessárias); cit. in ACR, vol.17 (1986), p.B621.

¹⁴⁶ 'Mais de 500.000 pessoas estão em situação de necessidade crítica de ajuda, especialmente nas províncias do Norte, Centro e Sul. [...] Medidas de Ajuda: cerca de US\$96.1 milhões são urgentemente necessários para fazer face a carências inesperadas'; in *Africa Emergency - UN Office for Emergency Operations in Africa* (June 1985). Sobre o declínio da produção alimentar e fome aguda ver igualmente ACR, vol.18 (1987), p.B631, também Hodges, *Tony Angola to the 1990's ...* op. cit. p.89.

¹⁴⁷ In Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. pp.39-40, ver igualmente p.23. Quentin Peel relata igualmente o problema da "falta de manutenção de todas as formas de equipamento, causando rupturas frequentes e muito regularmente a completa destruição de maquinaria"; in *Financial Times* (14 Setembro 1981).

¹⁴⁸ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...* op. cit...1985, p.23.

¹⁴⁹ In Bhagavan, M R, *Angola's ...* op. cit. p.27.

¹⁵⁰ In Rádio Nacional de Angola (2 Novembro 1981), cit. in SWB (4 Novembro 1981).

¹⁵¹ In Ferreira, Manuel Ennes, *A Indústria ...* op. cit. p.468.

transformadora havia simplesmente entrado em colapso, conforme referido por autores como Peter Meyns¹⁵² ou Bhagavan.¹⁵³

Perante as evidências, o relatório do CC ao II congresso reconhecia a situação caótica no sector, (...) *o valor bruto da produção estimada tem vindo a diminuir e a contribuição do sector para o total do produto interno é de cerca de 8%, incluindo as indústrias alimentar, ligeira e pesada.*¹⁵⁴

O quadro não era melhor para a indústria diamantífera, com uma forte queda no volume da produção, numa tendência que se manterá decrescente ao longo da década de oitenta¹⁵⁵, devido entre outros factores, ao comércio ilícito e à situação militar, ambas contribuindo para o deficit da companhia nacional de diamantes.¹⁵⁶ Devemos notar que o comércio ilícito incluía não só as actividades da UNITA, traficando diamantes desde 1977¹⁵⁷, mas também práticas de crime organizado geridas a partir de Luanda, conforme comprovado no decorrer do chamado processo 105, ou caso *Kamanga* –, esquema de tráfico de diamantes que no início da década de 1980 envolveu as mais variadas áreas de actividade e sectores, tendo chegado a ser judicialmente veiculado o envolvimento da própria Presidência da República (*cf. infra*).

Após vários anos de uma suposta ditadura do proletariado, na “fase Socialista” de Eduardo dos Santos, o proletariado industrial representava apenas 1% de toda a força de trabalho nacional e o número de empregados nos sectores organizados/oficiais da economia (o trabalho assalariado empregado na agricultura, sector mineiro, construção e indústria transformadora) representava menos de 2% de toda a força de trabalho nacional.¹⁵⁸

Nessa altura, o PIB *per capita* caiu 10% em relação a 1981¹⁵⁹ e a economia estava mais dependente do sector petrolífero que nunca. O aumento na exploração dos poços existentes, a entrada em exploração de novos poços e o crescente número de companhias a operar em Angola¹⁶⁰, resultado das políticas de Neto de abertura a Ocidente no final da sua administração, significou que o sector petrolífero era o único a crescer, com 47.5 milhões de barris em 1981, perto de 75 milhões em 1984 e 80 milhões em 1985, representando perto de 90% de todas as exportações.¹⁶¹

O relatório do CC ao segundo congresso assinalou a preocupação em relação a tal dependência, mas como usual neste tipo de criticismo permitido no seio dos órgãos e eventos partidários em torno dos congressos, não teve quaisquer efeitos práticos. Como vimos, o sector agrícola vinha sendo crescentemente negligenciado em termos de investimento do Estado.

¹⁵² Conforme observado por Meyns, ‘Devido a uma grande queda na produção industrial e agrícola, aliada a uma contínua e severa falta de abastecimento, torna-se óbvio que a estrutura económica do país está em vias de colapso’; in Meyns, Peter, ‘O desenvolvimento ... op. cit. pp. 121–122.

¹⁵³ “Não é um exagero afirmar que a indústria transformadora colapsou”; in Bhagavan, M R, *Angola’s ... op. cit.* p.25.

¹⁵⁴ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.111.

¹⁵⁵ James, W. Martin, *A Political History of the Civil War in Angola* (New Jersey: Transaction Publishers, 1992), p.21.

¹⁵⁶ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, pp.38–39.

¹⁵⁷ Declarações de Georges Sangumba, secretário da UNITA para assuntos externos, no *The Times* (4 Novembro 1977); igualmente em *Agence France Press* (3 Novembro 1977).

¹⁵⁸ In Bhagavan, M R, *Angola’s ... op. cit.*, p.44.

¹⁵⁹ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.89.

¹⁶⁰ *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, pp.40–41.

¹⁶¹ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, pp.112–113. Logo em 1982, observadores estrangeiros relatavam que « à excepção da pesquisa e extracção do petróleo, no essencial *off shore*, a economia foi-se pouco a pouco paralisando. »; in article of Jean-Claude Pomonti in *Le Monde* (11 Dezembro 1982). A realidade de companhias petrolíferas a operarem em Angola levaram Bhagavan a chamar-lhes ‘ilhas de tecnologia e empresariado Ocidental’, onde ‘a gestão, organização, marketing, tecnologia e pessoal altamente especializado pertencem todos às multinacionais, “só” o trabalho é Angolano.’; in Bhagavan, M R, *Angola’s ... op. cit.* p.28.

A desagregação sectorial da evolução do PIB é preocupante pois durante o quinquénio, verifica-se que o único sector que tem mantido uma elevada taxa de crescimento (19% ao ano) é o sector petrolífero, tornando a economia nacional mais dependente da sua produção e exportação na medida em que se verifica um decréscimo na produção e exportação de quase todos os outros sectores. Este sector deve corresponder actualmente a mais de um terço do PIB e as suas exportações atingem mais de 85% do total das exportações do país. Apesar das insuficiências estatísticas, os indicadores disponíveis revelam crescimentos consideráveis nalguns sectores, nomeadamente petróleo, (...) enquanto que outros, de importância fundamental para o bem estar do Povo, produção agrícola, indústria extractiva, indústria transformadora e transportes e comunicações - registaram quedas sucessivas de produção.¹⁶²

Nem mesmo a drástica queda nos preços do barril em Dezembro de 1985, durante o congresso, alterou tal situação, meramente representando um duplo deficit nas contas correntes (de US\$236 milhões em 1985 para US\$447 milhões em 1986) e um aumento na dívida externa (de US\$2.7 biliões em 1985 para US\$3 biliões em 1986).¹⁶³ Na medida em que o colapso ao nível do sector agrícola e da indústria transformadora não foi invertido, a dependência em relação ao rendimento do petróleo continuou nos anos seguintes, representando cerca de 95% das receitas de exportação¹⁶⁴ e beneficiando de um novo aumento nos preços do petróleo logo em 1987¹⁶⁵, que levou Hodges a caracterizar Angola como um país mono exportador.¹⁶⁶

Sector Informal

Durante a fase Marxista da administração de Eduardo dos Santos, o crescimento da economia paralela atingiu níveis extremos. Nos primeiros anos da nova presidência, o mercado informal já havia crescido ao ponto de ofuscar o mercado oficial, conforme relatado por Quentin Peel, indicando que “o único mercado em ascensão é o mercado negro, onde existem mais bens disponíveis do que nas lojas”.¹⁶⁷

Os preços no mercado paralelo entraram num “ascendente assustador”¹⁶⁸, como se tivessem “abandonado por completo a realidade: [em 1981] um peixe custava Kwanzas/Kw 4.000, quase um mês de salário médio”¹⁶⁹; [em 1983] uma saia custava Kw2000 e uma camisa Kw1500.¹⁷⁰

Dado que as roupas, os vegetais e frutas, haviam simplesmente desaparecido das lojas do governo (em particular das lojas do povo)¹⁷¹; sabendo que os salários mensais em 1983 se situavam entre os Kw5.000 e os 7.000 (para trabalho manual não qualificado), Kw10.000-15.000 (para um operário fabril qualificado), Kw16.000-18.000 (para um funcionário público médio e quadro médio de gestão) e Kw32.000-35.000 (para o topo do funcionalismo público e quadro

¹⁶² *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985, p.90.*

¹⁶³ Artigo de Tony Hodges in *Financial Times* (7 Julho 1987).

¹⁶⁴ Ver artigo de Tony Hodges in *Financial Times* (4 Agosto 1986); igualmente artigo de Ned Temko in *The Christian Science Monitor* (7 Julho 1987).

¹⁶⁵ Rendimentos do petróleo decresceram de cerca de \$US1.9 biliões em 1985 para \$US1.1 biliões em 1986, mas subiram novamente para \$US2 biliões em 1987; in Hodges, Tony, *Angola from Afro-Stalinism...* op. cit. p.2.

¹⁶⁶ Artigo de Tony Hodges in *Financial Times* (7 Julho 1987).

¹⁶⁷ Relatado por Quentin Peel in *Financial Times* (14 Setembro 1981).

¹⁶⁸ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985, p.43.*

¹⁶⁹ Reported by Quentin Peel in *Financial Times* (14 Setembro 1981).

¹⁷⁰ In Bhagavan, M R, *Angola's ... op. cit. p.62.*

¹⁷¹ *Ibid. p.62.*

técnico do topo)¹⁷²; torna-se claro que os salários eram uma cada vez menos importante parte dos rendimentos das pessoas, a maioria vinha de actividades paralelas. De acordo com Peter Meyns, tão cedo como 1984, a sobrevivência de pelo menos metade da população (obviamente os mais discriminados no acesso aos recursos do Estado conforme anteriormente explicado) dependia do sector informal.¹⁷³

Quanto mais crescia a economia informal, mais o banco nacional tinha de imprimir dinheiro que era absorvido pelos circuitos informais sem nunca regressar aos bancos, deste modo alimentando a inflação. Quanto mais se depreciava a moeda nacional no sector informal, maior era a distorção entre a taxa oficial (US\$1 para Kw30; inalterada desde 1977) e a taxa do mercado paralelo (atingindo o pico de US\$1 para Kw1000 em 1983).¹⁷⁴ Quanto mais crescia a inflação, maior era a diferença entre os preços dos bens nos mercados oficial e paralelo.

O crescimento contínuo do sector informal implicou necessariamente o crescimento contínuo das práticas predatórias. Assim, após assumir a presidência e ainda sob pressão dos membros da esquerda no BP (1981-1982, *cf. infra*), o novo presidente sentiu a necessidade de oficialmente agir contra a expansão de tais práticas, anunciando uma ofensiva contra a corrupção em Abril de 1981, reconhecendo que o individualismo, o mercado negro, a indiferença para com as dificuldades do povo e a burocracia, haviam produzido perigosas manifestações de corrupção, especulação, confusão ideológica e oportunismo, criando a necessidade para uma grande ofensiva contra o desleixo e a ineficiência.¹⁷⁵ As pessoas eram incentivadas a denunciar as irregularidades praticadas por *responsáveis*, i.e. os quadros médios e superiores do partido e da função pública. A corrupção nas lojas do Estado era um dos mais importantes focos de acção.¹⁷⁶

A ofensiva não teve resultados práticos, conforme mais tarde reconhecido pelo relatório do CC de 1985¹⁷⁷, e as razões para este fracasso eram duas: primeiro, a ofensiva era lançada sob pressão da Esquerda numa altura em que ainda tinham alguma influência (antes de 1982), mas não contou com o apoio efectivo do Presidente, que aceitou as práticas predatórias tão logo conseguiu afirmar o seu poder (*cf. infra*); segundo, para além dos mais empenhados membros da Esquerda (um pequeno segmento da elite), não restava mais ninguém para “atirar a primeira pedra” depois de o Presidente afirmar o seu poder sobre eles (a partir de 1982); não existia mais ninguém para travar essa batalha e a campanha não passou de cosmética.

Conforme observado por Bhagavan em 1983, as chamadas práticas predatórias estavam por todo o lado, desde os trabalhadores menos qualificados ou não qualificados até aos gestores e ministros.¹⁷⁸

Os documentos do congresso de 1985 confirmaram o alastramento destas práticas por todo o espectro social durante o período de 1980-1985, referindo-se à prática das “comissões” em negócios públicos¹⁷⁹; à existência de “várias acções sincronizadas de sabotagem económica” lideradas por “quadros com certas responsabilidades na tomada de decisões”¹⁸⁰; ao roubo de

¹⁷² Ibid. p.63

¹⁷³ In Meyns, Peter, ‘O desenvolvimento ... op. cit. pp. 121–122.

¹⁷⁴ In Bhagavan, M R, *Angola’s ... op. cit. p.62.*

¹⁷⁵ Anúncio do Presidente in Rádio Nacional de Angola (22 Abril 1981), cit. in ACR, vol.14 (1983), p.B587.

¹⁷⁶ Anúncio do Presidente cit. in *Afrique-Asie* (25 Maio 1981), p.31.

¹⁷⁷ Tal fracasso é admitido oficialmente in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985, pp.11-12.*

¹⁷⁸ In Bhagavan, M R, *Angola’s ... op. cit. p.41.*

¹⁷⁹ *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985, p.78.*

¹⁸⁰ *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985, p.69.*

mercadoria em grande escala;¹⁸¹ ao roubo e comercialização de recursos naturais e de objectos de arte.¹⁸²

O aumento massivo das práticas predatórias constituiu igualmente um salto qualitativo neste fenómeno durante a administração de Eduardo dos Santos. Quanto mais se desenvolviam as práticas predatórias e o mercado informal, mais fraca se tornava a economia oficial e piorava a situação económica dos estratos sociais mais baixos. A sua posição tornava-se cada vez mais frágil e dependente. A razão era simples, as fontes de rendimento sobre as quais podiam exercer práticas predatórias diminuía: a produção interna havia entrado em colapso, os seus salários perderam poder de compra; as lojas do povo estavam praticamente vazias; os bens públicos, incluindo equipamentos, uma vez roubados não eram repostos. A importância económica destes estratos sociais para o topo do sistema era limitada, não representando uma força produtiva de riqueza. Ser intermediário no mercado informal constituía uma forma miserável de sobrevivência.

Conforme reconhecido por David Birmingham, os mercados paralelos espalhavam-se por todo o lado, permitindo condições de vida precárias para alguns e uma vida confortável para outros, ou seja, aqueles que operavam nos mercados informais com “protecção política e burocrática”.¹⁸³

2.2 - Princípios de gestão do poder e da economia política: renovados confrontos entre Esquerda e Direita; hegemonia económico-política da Presidência

Um pouco a exemplo do que aconteceu com Neto, a administração de Eduardo dos Santos vai-se confrontar com renovadas quezílias entre as alas Esquerda e Direita no topo do partido, sendo que os princípios normativos e de gestão económico-política na administração do novo Presidente vão-se igualmente afirmar no contexto dessas lutas.

Depois da morte de Agostinho Neto a 9 de Setembro de 1979, a escolha de Eduardo dos Santos pelo BP e pelo CC foi relativamente tranquila¹⁸⁴, visto como uma espécie de mínimo denominador comum entre as duas alas do topo do partido, articulando características de ambos os grupos e sendo bastante novo (37 anos), sem uma posição clara e assumida a favor de nenhuma das alas e, como tal, na perspectiva de cada um dos campos, ainda passível de ser arregimentado/aliciado/manipulado. A sua administração começou efectivamente por comprovar a sua natureza híbrida e a sua capacidade de articular posições antagónicas, mas para grande desilusão e frustração da Esquerda e da Direita, o novo Presidente, ainda que adoptando uma postura muito próxima daquela que Neto havia assumido no plenário de Dezembro de 1978 (na linha do pragmatismo da Direita), depressa afirmou o seu poder pessoal por via do rebaixamento dos membros das duas alas, incluindo as suas mais proeminentes figuras – Lúcio Lara pela Esquerda e Mendes de Carvalho pela Direita.

Em termos da capacidade de afirmar e efectivar o seu poder pessoal e institucional e de moldar o regime naquilo que tem de estrutural até aos dias de hoje, a presidência de Eduardo dos Santos poderá ser analisada em três grandes períodos.

¹⁸¹ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p.43; também in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.94.

¹⁸² In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p.68.

¹⁸³ In Birmingham, David, *Frontline Nationalism...*op. cit. pp.97-98.

¹⁸⁴ Depois da morte de Agostinho Neto em Moscovo em setembro de 1979, o CC decidiu por unanimidade nomear Eduardo dos Santos como Presidente do Partido a 20 de Setembro de 1979. No I congresso extraordinário do MPLA-PT ocorrido em Dezembro de 1980, dos Santos foi confirmado por unanimidade como Presidente do MPLA. De acordo com a Constituição o Presidente do Partido era automaticamente Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Ver *ARB* (Setembro 1979), p.5400 a-b; também *ARB*, (Dezembro 1980), p.5902.

O primeiro período (1979-1982) será de afirmação interna/partidária do novo Presidente, num contexto de renovados e intensos conflitos entre a Direita e a Esquerda.

O segundo período (1982-1985), será de efectivação do domínio absoluto do Presidente sobre todo o aparelho patrimonial, caracterizado por um processo de reforço acentuado (extremo) dos poderes institucionais da presidência, chamando a si novos "poderes de emergência" (praticamente ilimitados), a coberto dos quais desenvolveu um estilo de progressivo hiper presidencialismo na governação, ultrapassando não só os órgãos do governo, como também do próprio partido, autonomizando as relações económicas com o exterior, especialmente no que concerne ao sector petrolífero.¹⁸⁵

Um terceiro período será de 1986 em diante, quando se começam a processar as mudanças formais no sistema de planificação central da economia de orientação Socialista, que conduzirão à adopção oficial de um sistema liberal de economia de mercado no congresso de 1990. Este período será caracterizado pelo aprofundamento, aperfeiçoamento e complexificação das relações económico-financeiras do regime com o exterior, aproveitando as diversas oportunidades abertas pela globalização económico-financeira, numa época de degelo ideológico e de grande liberdade de movimentação de capitais, com uma dinâmica que se vai prolongar até à actualidade.

Iremos aqui abordar estes três períodos, embora o presente texto se centre essencialmente até ao início dos anos noventa **dado que se trata aqui de um texto de introdução e enquadramento histórico, sendo o período posterior abordado nos textos de todos os co-autores deste livro.**

A Afirmação do Novo Presidente, 1979-1982

O primeiro período decorre num contexto de renovados conflitos entre a Esquerda "ideológico-internacionalista" (defensora do aprofundamento dos princípios Marxistas-Leninistas e do combate à corrupção generalizada), e a Direita "pragmático-nacionalista" (defensora do quadro de relações económicas tal como vinham evoluindo, articulando as práticas patrimonialistas ao abrigo de um modelo formal Socialista). Estes renovados conflitos serão materializados em quatro célebres "casos" ou combates político-económicos resultantes de uma grande ofensiva da Esquerda: "caso Monty"; "caso ANGONAVE", "caso *Kamanga*"; "caso da peça e do quadro".

Será no âmbito destes conflitos e da sua "resolução" que o novo Presidente conseguirá afirmar o seu poder pessoal e institucional, acima de todos e quaisquer grupos e indivíduos, moldando em boa parte o sistema de gestão de poder que daí por diante se virá a consolidar e desenvolver, nos seus principais fundamentos.

A primeira grande ofensiva da Esquerda contra a Direita, surgirá logo em Setembro de 1981, com o "caso Monty", envolvendo o Ministro dos Petróleos, nomeado por Neto em Novembro de 1978 (Jorge Augusto de Morais "Monty", claramente conotado com a Esquerda), que se assumiu como a voz crítica e denunciadora da crescente autonomia e opacidade no sector dos petróleos ao nível da empresa petrolífera estatal, SONANGOL, acusando publicamente o director da empresa, Hermínio Escórcio, de actos de corrupção. Monty sentiu que a empresa começava a escapar à tutela do ministério e suspeitou daquela autonomia e opacidade. Numa altura em que a Esquerda ainda detinha algum poder de influência, a Presidência viu-se pressionada a nomear uma comissão de investigação ao caso. Provavelmente já desconfiado da idoneidade desta comissão e da seriedade da investigação a ser levada a cabo, Monty pretendeu acompanhar o

¹⁸⁵ Tema mais detalhadamente tratado em Vidal, Nuno "Multipartidarismo em Angola"...op. cit., pp. 11-57.

processo para se assegurar de que as suas acusações encontravam fundamento, mas foi prontamente impedido pela Presidência. O Presidente tomou o assunto pessoalmente em mãos e demitiu Monty do cargo de Ministro dos Petróleos. A comissão de investigação operou então sem qualquer supervisão de Monty ou de elementos da Esquerda, tendo mais tarde concluído que as acusações não tinham fundamento.

O problema de fundo estava obviamente no facto de estar já em marcha a estratégia de insularizar a SONANGOL em relação ao governo e ao partido, mantendo-a sob controlo exclusivo da Presidência como veremos adiante.

Após o "fracasso" da primeira ofensiva da Esquerda, seguiram-se duas outras. Alguns meses depois do "caso Monty", em 1982, uma série de rumores e denúncias relativamente anónimas, mas certamente provenientes de elementos ligados à ala Esquerda, que dominavam os sectores da organização, propaganda e informação do Partido. Estes rumores desmascaravam várias fraudes, desvios de verbas e esquemas de corrupção na empresa nacional de navegação, ANGONAVE. De forma quase sequencial e utilizando a mesma estratégia, são colocadas a circular denúncias e informações comprovativas de um outro escândalo, desta vez referente a uma rede de tráfico de diamantes (*Kamanga*), que alastrava no topo do aparelho a um ritmo vertiginoso, atingindo proporções tão extensas, envolvendo tanta gente e tantos cargos, que ameaçava tornar-se "institucional", sendo que os rumores e o subsequente processo judicial chegaram mesmo a implicar judicialmente a própria presidência.

Mais tarde, numa das sessões da comissão de trabalho da I Conferência Nacional, "sobre o papel dirigente do partido" (Janeiro de 1985), o Presidente pronunciar-se-á de forma extremamente elucidativa sobre todos estes casos e sobre o seu alegado envolvimento no caso da *Kamanga*, argumentando com a existência de uma luta entre partidários de diferentes interesses, mas invertendo a situação e atribuindo a culpa da inocuidade dos processos judiciais aos partidários do Sr. Monty, ou aos supostos "grandes Marxistas-Leninistas",

Tratando-se do caso do Ministro dos Petróleos antigo, Senhor Monty, ele (...), teve uma intervenção insultuosa no Congresso Extraordinário [Dezembro de 1980]. (...) muitos camaradas consideraram-no um grande Marxista-Leninista. Agora talvez digam que já não é, mas naquela altura parece-me que consideraram-no um grande Marxista Leninista. (...)

(...) os partidários do senhor Monty nessa altura fizeram com que o processo não produzisse os efeitos desejados, o mesmo talvez se pudesse dizer para a ANGONAVE, o mesmo talvez se pudesse dizer para outras situações, pois de outro modo não seria lógico que mesmo contra mim me fossem desferidos golpes directos, como presidente do partido, como chefe de Estado, de tal maneira que utilizando os serviços do meu gabinete tivemos de fazer intervenções públicas no processo 105 [Kamanga] para repor a verdade. (...)

Mas foi um rude golpe porque se inventaram coisas: desvios de viaturas, tentou-se insinuar implicação em tráfico de diamantes e por aí em diante. Há um processo escrito sem que um dia sequer, qualquer dos funcionários do meu gabinete ou eu próprio fossem consultados ou ouvidos. Portanto, foi o Procurador Popular, que preocupado com o processo no tribunal, informou o Presidente do Partido, porque aquele tribunal no fundo depende do Presidente da República. Não são comportamentos normais mesmo nas sociedades capitalistas, quanto mais na nossa.¹⁸⁶

¹⁸⁶ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985, p.76-77.*

A última grande ofensiva da Esquerda dar-se-á no final de 1982, por altura do aniversário do Presidente Eduardo dos Santos (28 de Agosto), consistindo num quadro satírico do próprio, que lhe foi oferecido na cerimónia oficial do seu aniversário¹⁸⁷ e numa peça teatral também satírica, ridicularizando e caracterizando de incompetentes, incapazes e corruptos, alguns ministros da Direita, entre eles o Ministro da Saúde, Mendes de Carvalho. A nova ofensiva provocou a imediata reacção de vários elementos da Direita, especialmente os mais visados na peça, alertando as estruturas do poder, não só para as ofensas de que tinham sido alvo na peça, mas também para as ofensas pessoais ao Presidente, contidas no quadro, e para as possíveis consequências políticas de tais actos, passíveis de serem interpretados como uma falta de autoridade e força do Presidente, incapaz de se fazer respeitar.

O alerta e agitação política da Direita tocaram numa questão crucial e muito sensível, pois que em vários quadrantes do partido há muito cresciam as críticas em relação à incapacidade do Presidente de se impor internamente face às pressões da Direita e às provocações da Esquerda, sendo que esta última começava a ultrapassar todos os limites, não só com a peça e o quadro, mas também com o caso *Kamanga*. Dentro de uma racionalidade patrimonial, ao contrário de uma racionalidade burocrática moderna, acusações de corrupção, de desvios, roubos, etc. não têm grande impacto, nem para os visados, nem para a opinião pública em geral, contudo, ofensas pessoais (dramaticamente apelidadas em Angola de "faltas de respeito"), têm um efeito devastador na imagem pública, sobretudo se o visado ocupa posições de chefia e liderança e não responde com dureza e firmeza. Se o visado é o Chefe de Estado, então a situação passa a ser verdadeiramente grave, na medida em que perde toda a credibilidade enquanto "Chefe", incapaz de mostrar autoridade/força - o principal atributo do Chefe.

Neste contexto, não restava alternativa ao novo Presidente senão afirmar com firmeza e dureza a sua autoridade e o seu poder político e pessoal, desencadeando uma forte purga em toda a linha, começando com a prisão do autor da peça teatral, Costa Andrade Ndunduma (um mestiço, totalmente conotado com a Esquerda, secretário do sindicato dos jornalistas e ex-biógrafo oficial de Agostinho Neto), preso a 22 de Dezembro sob a acusação de "faccionalismo e falta de respeito pelo Presidente".¹⁸⁸ Seguiram-se as prisões de dois proeminentes membros do Departamento de Propaganda e Informação – DEPI, Raúl Araújo, que entregou em mão o quadro ao Presidente, e Vantagem Lara¹⁸⁹, filho adoptivo de Lúcio Lara, o grande ideólogo do Partido e figura de referência da Esquerda, tendo a própria mulher de Lúcio Lara, Ruth Lara, sido destituída do seu cargo no DEPI.¹⁹⁰

A purga prosseguiu ao nível do partido com o afastamento de Ambrósio Lukoki (Bakongo), membro do Bureau Político e chefe do DEPI, por ter autorizado a representação da peça sem ter verificado o seu conteúdo, sendo substituído no BP por um militar, o Tenente Coronel Francisco Magalhães Paiva "Nvunda" (chefe da Direcção Política das FAPLA e Vice-Ministro da Defesa), numa clara demonstração de força. A 23 de Dezembro, a purga chegou ao governo com o afastamento de três membros do executivo, o governador do Banco Nacional, José Vítor de Carvalho (substituído pelo Ministro das Finanças Augusto Teixeira de Matos) e mais dois Vice-

¹⁸⁷ No quadro o Presidente aparecia equipado de futebolista com uma bola nos pés, um poço de petróleo a jorrar dólares, com uma mulher sensual ao lado, uma cesta de lixo de onde saíam umas pernas sexys de mulher, numa referência à namorada que havia deixado há pouco tempo e à sua nova namorada, dando a entender que o Presidente era um *bon vivant*, interessado em futebol, mulheres e dinheiro.

¹⁸⁸ ARB (Janeiro 1983) p.6704-6705.

¹⁸⁹ Um quarto elemento dissidente, Simão Paulo, quadro do departamento de organização foi detido a 8 de Janeiro de 1983, sendo mais tarde libertado juntamente com Vantagem Lara e Raul Araujo. Costa Andrade NDunduma, contudo, permaneceu preso até 25 de Janeiro de 1984; ver *Reuters*, 8, 28 e 31 de Dezembro de 1982; cit. in *ACR*, vol.15 (1983), p.B598.

¹⁹⁰ ARB, (Janeiro 1983), p.6704-6705.

Ministros, Luís Fonseca dos Santos (Construção), e um histórico do Partido, Artur Pestana "Pepetela" (Educação).¹⁹¹

No final do mês de Dezembro de 1982 a campanha de purga saldava-se pela suspensão de 32 membros dos departamentos de organização e informação do Partido – os departamentos de forte implantação da Esquerda.

A demonstrar que a Direita também não escapava ao poder do Presidente, em Julho de 1982, Manuel Pedro Pacavira foi destituído do cargo de Secretário do Partido para a Produção, por alegados erros na sua anterior função enquanto Ministro da Agricultura (que ele já havia deixado há dois anos atrás – obviamente um pretexto¹⁹²). Outro proeminente membro da Direita, Paiva Domingos da Silva, foi destituído do seu cargo enquanto líder da Organização de Defesa Popular¹⁹³ e o próprio Agostinho Mendes de Carvalho foi destituído de Ministro da Saúde a 3 de Junho de 1983.¹⁹⁴

Estando ainda bem viva na memória de todos a brutalidade da purga do pós-27 de Maio de 1977, bastou a onda de prisões, interrogatórios e destituições para acalmar as hostes partidárias e afirmar definitivamente o poder do novo Presidente. Para além do mais, as novas ofensivas da UNITA, apoiada pela África do Sul, pressionavam para a imperativa união do partido.

Algumas explicações oficiais do caso "da peça e do quadro", serão mais tarde apresentadas pelo próprio Presidente, no relatório do CC ao II Congresso, inserindo-o no contexto dos casos ANGONAVE e *Kamanga* e identificando-o com a corrente partidária que se manifestara já no I Congresso Extraordinário (os supostos "grandes Marxistas-Leninistas do Sr. Monty").¹⁹⁵

Depois de afirmado o seu poder e acalmadas as hostes partidárias, o Presidente efectuou em Fevereiro de 1983 uma pequena remodelação ministerial e readmitiu 18 dos 32 membros suspensos, mas só aqueles que haviam tido um envolvimento indirecto no caso. Ruth Lara continuou suspensa, num rude golpe que afectou directamente Lúcio Lara, que desde então foi progressivamente decaindo de importância efectiva no seio do aparelho, sendo afastado do Comité Central logo na primeira oportunidade – o II Congresso, de 1985.

Início da Hegemonia Económico-Política da Presidência, 1982-1985

Com a afirmação do seu poder pessoal, o novo Presidente vai de igual modo afirmar os princípios de gestão da economia política a nível interno e externo, consistindo em boa medida no desenvolvimento das linhas estratégicas que vinham da administração de Neto: pragmatismo ou tolerância para com as prevalecentes práticas predatórias; relaxamento de normas Socialistas, e abertura económica e política ao Ocidente; circulação de membros no carrossel patrimonial para equilíbrio de poderes e acesso à distribuição de recursos e benesses, que permitisse manter o *status quo* e alcançar a hegemonia económico-política do novo Presidente.

¹⁹¹Segundo as palavras do próprio Pepetela (entrevista que me concedeu em Luanda a 14 Julho 1998), não foi demitido, mas demitiu-se, numa atitude que já estava planeada há muito tempo e que não teve relação directa com o caso da peça e do quadro, contudo, tendo a demissão ocorrido no momento em que ocorreu e sendo o escritor claramente conotado com a ala Esquerda, em termos de política interna de bastidores representou mais uma baixa para a Esquerda, ideia esta reforçada alguns dias mais tarde (29 de Dezembro), quando Pepetela criticou publicamente a prisão de Costa Andrade, numa confrontação aberta entre escritores conotados com as duas alas político-sociológicas (Esquerda e Direita) na União dos Escritores Angolanos, tendo na altura estado em minoria a posição da Esquerda. Igualmente a nível externo, o afastamento de Pepetela foi interpretado exactamente nos mesmos termos; ver *ACR*, vol.15, (1983), p.B598.

¹⁹² Ver *ARB* (July 1982),p.6538; também *The Guardian* (25 Julho 1982).

¹⁹³ Ver *ARB* (July 1982),p.6538; também *The Guardian* (25 Julho 1982)

¹⁹⁴ Ver *ACR*, vol.16 (1985), p.B598.

¹⁹⁵ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...*1985, p. 69.

O resultado dos três casos – Monty, ANGONAVE e Kamanga –, será elucidativo dos princípios de gestão adoptados pela nova administração.

No caso Monty, o presidente protegeu de forma pessoal e explícita Hermínio Escórcio, não permitindo um processo judicial normal e demitindo Monty, enfrentando-o directa e pessoalmente, revelando desde logo a importância que dava à nova estratégia de insularização da SONANGOL sob ordens directas e exclusivas da Presidência, não mais do Bureau Político como no tempo de Neto.

Aproveitando o agravamento do conflito militar e o momento conturbado com as renovadas lutas internas entre Esquerda e Direita, o Presidente vai "exigir" do CC a concessão de novos "poderes de emergência" (concessão deliberada por unanimidade na XX sessão ordinária do Comité Central, de 30 de Novembro a 8 de Dezembro de 1982), constituindo a base sobre a qual vai apoiar todo o processo de construção de mecanismos e implementação de medidas que lhe permitirão exercer o domínio hegemónico sobre todo o aparelho de poder patrimonial. Vai esvaziar de poder económico-político efectivo o aparelho governamental e mesmo o aparelho partidário, autonomizando a favor da Presidência e dos seus órgãos subsidiários a área das relações externas nas matérias importantes para a lógica do sistema - negócios com entidades públicas e privadas externas, nomeadamente ao nível do petróleo¹⁹⁶, constituindo a SONANGOL como pilar central desta estratégia.

Ao contrário do que por vezes se sugere, esta estratégia foi delineada na altura pela Presidência, percebendo a crescente e crucial importância da renda petrolífera para a estruturação e controlo de todo o sistema de manutenção do poder político. Não foi de todo uma estratégia de quaisquer directores anteriores (sendo Freudenthal o primeiro director) ou seguintes, ou do maior ou menor brilhantismo técnico-político de qualquer um deles.¹⁹⁷ Independentemente da competência técnica cada vez mais apurada e exigida a cada director que se seguiu e a todos os quadros superiores da empresa, estes passaram essencialmente a desempenhar a função de cumprimento de orientações da Presidência em matéria de maximização de lucros, opacidade e secretismo das contas do petróleo.

A empresa foi insularizada de qualquer influência partidária e governamental, passando a desempenhar as funções de processador de todo o *software* e *hardware* de gestão do sistema político patrimonial moderno efectivamente existente, permitindo a grande apropriação privada de recursos públicos e a alimentação das redes de distribuição/cooptação necessárias à manutenção do *status quo* e à hegemonia do poder Presidencial sobre todo o sistema económico-político.

A actuação da empresa processar-se-á em termos cada vez mais opacos, camuflados e recorrendo a esquemas de internacionalização financeira cada vez mais complexos, assumindo-se progressivamente (anos 90 em diante) como principal agente de investimentos externos, que permitem a internacionalização de vários tipos de capitais apropriados a nível interno.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Ver Vidal, Nuno "Multipartidarismo em Angola" ...op. cit., pp. 11-57.

¹⁹⁷ Ver Oliveira, Ricardo Soares de, "Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol", in *Journal of Modern African Studies*, 45, 4, 2007, pp. 595-619.

¹⁹⁸ Ver Vidal, Nuno "The international institutionalization of patrimonialism in Africa. The case of Angola" in Nuno Vidal & Patrick Chabal (eds), *Southern Africa: civil society, politics and donor strategies* (Luanda & Lisbon: University of Coimbra, Angolan Catholic University & Media XXI), especialmente p. 19-44. Ver neste volume o texto do autor sobre a institucionalização internacional do patrimonialismo em África.

Nos casos da ANGONAVE e *Kamanga*, embora os processos judiciais tivessem efectivamente sido instaurados ao longo de 1982, num período em que a Esquerda ainda tinha alguma influência, os julgamentos só tiveram lugar em 1984, depois de o Presidente ter afirmado o seu poder sobre as alas Esquerda e Direita, não resultando em nenhum efeito prático para os acusados e sentenciados.¹⁹⁹

Com tal resultado, uma mensagem clara e simples foi passada: o Presidente assumia a posição pragmática e flexível da ala Direita no que respeitava à aceitação do alastramento impune das práticas económicas predatórias que atravessavam todo o espectro social. No entanto, tal posição não significou a vitória da ala Direita na liderança do aparelho de gestão patrimonial, mas antes a transformação do patrimonialismo partidário, que se havia desenvolvido até aí, em patrimonialismo presidencialista, que se vai afirmar daí em diante até à actualidade.²⁰⁰

O novo Presidente levará ao extremo o modelo de gestão inaugurado por Neto, procedendo a infundáveis e permanentes rondas de remodelações na administração central e local, sempre dentro da referida lógica de rotação no carrossel patrimonial, de acordo com as necessidades e princípios de gestão de equilíbrios políticos vários, assegurando a manutenção do poder por via da distribuição selectiva de benesses e cooptação. A grande diferença em relação à administração de Neto será a utilização das remodelações para efeitos de “expição de culpa alheia”, ou seja, a necessidade da Presidência de fazer “rolar cabeças” em alturas de acentuada crise, encontrando bodes expiatórios para assumirem as responsabilidades por fracassos governativos, que dada a concentração de poderes na presidência e seus serviços subsidiários raramente cabiam aos ministérios. Os destituídos, depois de uma fase mais ou menos breve de expiação de culpas, voltavam (de acordo com a lógica interna) a ser nomeados para outros cargos no seio do carrossel patrimonial.

Dada a lógica patrimonial do modelo de gestão, raramente o Presidente afastava definitivamente algum membro do carrossel patrimonial, mesmo em situações de manifesta e gritante incompetência, sendo extremamente acesas e difíceis de gerir as disputas internas pelas nomeações, tal como se pode claramente perceber das palavras do próprio Presidente,

Finalmente eu quero dizer aos camaradas que a constituição me dá competências, como chefe do governo, como chefe do Estado, para substituir membros do Governo, embaixadores e nomear. Mas tenho a impressão que nós nem sempre aceitamos bem a aplicação dessas competências. (...) Se alguém foi substituído dum lugar, há sempre uma corrente de opinião que se forma contra, outra corrente a favor, essa é na minha experiência, um aspecto. Outro aspecto é que enquanto não lhe for dada outra função, há sempre elementos preocupados e que avançam propostas, 'agora já pode ir para

¹⁹⁹ No caso ANGONAVE (julgado a 17 de Março de 1984), o director da empresa, Carlos Osvaldo dos Santos Rúbio, avisado a tempo, viajou para o estrangeiro, tendo sido julgado pelo Tribunal Popular revolucionário e condenado *in absentia* por desvio de fundos. Os poucos membros da direcção condenados, apelaram e foram libertos algum tempo depois, logo que o caso deixou de ser falado. No caso *Kamanga* (ou processo 105/83), julgado dois meses depois do caso ANGONAVE (Maio de 1984), no meio de um grande aparato mediático, foram levados à barra do tribunal 124 réus (um número ínfimo em relação à dimensão da rede implicada), acusados de tráfico de diamantes e troca ilegal de moeda (movimento de dólares americanos). Dos 124 acusados, 28 estavam a ser julgados *in absentia*, e sessenta eram estrangeiros (56 Portugueses). Vários membros do topo do aparelho de Estado e das Forças Armadas foram igualmente envolvidos. Cinco membros das FAPLA (Forças Armadas), dois dos quais de alta patente foram acusados. Dois membros do CC, Tenente-Coronel Antonio Moises (Ndozi) e Celestino Bernardo (Tchizainga) foram suspensos depois de referenciados por um relatório da Segurança de Estado que sugeria a sua implicação. O julgamento terminou a 30 de Outubro com a pena de morte para um arguido angolano (de origem portuguesa), Francisco Fragata, e 73 sentenças de cadeia entre 5 a 16 anos. Não obstante, todos os acusados recorreram das sentenças e conseguiram a sua alteração, sendo que nenhum dos condenados cumpriu mais de ano e meio de prisão efectiva, incluindo o próprio Francisco Fragata. In *Jornal Expresso*, Lisboa, 7 Julho 1984; cit. in ACR, vol.17 (1985), p.B611.

²⁰⁰ Ver Vidal, Nuno "Multipartidarismo em Angola" ...op. cit., pp. 11-57.

aqui', 'acho que já pode ir para ali, porque está desocupado', etc. (...) esta é a situação e até há alguns que resistem.

Portanto, não é assim tão fácil como os Cdas. estão a dizer e (...) naqueles casos em que se optou primeiro pela responsabilidade dos erros cometidos aqui ou ali antes da substituição, também não foi fácil. Portanto, os Cdas. não pensem que essas questões são simples de tratamento, na prática não são assim tão simples (...).

(...) na prática, e estou a falar da minha experiência, os Cdas. não podem imaginar quanta ginástica às vezes tenho de fazer para resolver situações destas. Mas esse é o nosso Partido, assim somos nós."²⁰¹

Também a exemplo de Neto, embora com uma importância relativa decrescente, eram tidos em conta critérios de equilíbrio etno-regional, com primazia para o grupo Crioulo/MBundu no seio do MPLA. Os Ovimbundus do partido mantiveram-se em posições de segundo plano, continuando a ser Faustino Muteka o único Ovimbundu nos órgãos de topo do partido. Esta situação vai alterar-se ligeiramente a partir de 1986, com a ascensão de Marcolino Moco, Ovimbundu, nomeado para governador provincial do Bié - planalto central.²⁰²

A respeito da aproximação a grupos rebeldes exteriores ao MPLA, Eduardo dos Santos prosseguirá com a estratégia delineada por Agostinho Neto, baseada na clemência e integração (subordinada) no aparelho Partidário/Estadual e consequente integração na estrutura de acesso aos recursos – cooptação. Neste sentido, voltará a ser desencadeada uma forte campanha de clemência apelando à rendição dos membros de grupos rebeldes, admitindo-se oficialmente que existiram razões históricas profundas que levaram muitas pessoas a juntarem-se àqueles grupos, mas para todos aqueles que se mostrassem verdadeiramente arrependidos seria dada uma oportunidade de "trabalho honesto na frente de produção".²⁰³ Em resultado directo da campanha, em Outubro de 1984, entregaram-se milhares de guerrilheiros e apoiantes da FNLA, entre eles um histórico do movimento, Johnny Edouard Pinnock, primeiro ministro do governo de transição de 1974, e Tonto Afonso de Castro, Chefe das Forças Armadas.²⁰⁴ A julgar pelo discurso do Presidente à I Conferência Nacional do Partido, a política foi pela primeira vez estendida a elementos da UNITA.²⁰⁵

Com o topo de regime essencialmente preocupado com a insularização da grande fonte de receitas, disseminaram-se pela população em geral as práticas predatórias conforme anteriormente referido, baseadas na legitimidade da necessidade económica, cada vez mais distante da Lei, levando a I conferência nacional do partido, de Janeiro de 1985, a realçar a necessidade de recuperar o respeito pela lei.²⁰⁶

Mudança oficial na orientação político-ideológica da economia, início da transição, 1986-1991/92

Afirmado o seu poder internamente, o Presidente sentiu-se com força suficiente para introduzir as primeiras e significativas alterações na orientação oficial/ideológica da economia. Isto

²⁰¹ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p. 75-79.

²⁰² Mais tarde, por questões essencialmente cosméticas, vários outros Ovimbundu irão ascender no seio do aparelho, especialmente com a transição para o multipartidarismo e a preparação das eleições de 1992, tendo Marcolino Moco chegado inclusive a 1º Ministro no governo formado pelo MPLA após as eleições de 1992.

²⁰³ In *ARB* (Outubro 1984), p.7407 C.

²⁰⁴ A rendição sucedeu após a publicação do editorial do Jornal de Angola que repetiu o apelo do governo à rendição de todos os rebeldes no interesse da reconstrução e unidade nacional; in *ARB* (Outubro 1984), p.7407 C.

²⁰⁵ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, p.29.

²⁰⁶ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...*1985, pp.23-24.

aconteceu logo na primeira oportunidade, em 1985, no âmbito do segundo congresso, cujos principais documentos questionaram pela primeira vez: os métodos de gestão e a direcção da economia²⁰⁷; a anacrónica e onnipotente direcção planificada da economia com distorcidas políticas de investimento²⁰⁸; o sistema de preços fixados administrativamente sem reflectir os custos reais de produção;²⁰⁹ os extensos e anti-produtivos aparelhos burocráticos²¹⁰; a necessidade de tirar maiores vantagens da iniciativa privada, externa e interna²¹¹; os profundos desequilíbrios financeiros e macroeconómicos que não se poderiam explicar exclusivamente com a guerra.²¹²

Assumia-se que a deterioração do saldo da balança de transacções correntes apresentava déficits acentuados desde 1981, que as cotações do petróleo se deterioravam, que as taxas de juro se agravavam no mercado internacional dificultando as condições de reembolso e o acesso ao crédito, que o défice do Orçamento Geral do Estado era igualmente preocupante, provocando o aumento da dívida interna e a inflação nos mercados paralelos.²¹³ Estes desequilíbrios clamavam por um programa de "Saneamento Económico e Financeiro", a ser implementado no quinquénio seguinte.²¹⁴ Na realidade, tal Programa de Saneamento Económico e Financeiro - SEF, veio a ser introduzido dois anos mais tarde, em Agosto de 1987, de forma a corrigir os desequilíbrios financeiros internos e externos e reestruturar e reabilitar o sistema económico.²¹⁵

O programa incluía a privatização de empresas não estratégicas, a redução do sector Estatal, a legalização do sector privado (i.e. pequeno comércio, transporte público e comercial e construção), o fim dos subsídios orçamentais às empresas estatais, a devolução das fazendas estatais aos camponeses, o aumento dos preços para reflectirem os custos de produção, a autorização da livre circulação de produtos entre províncias, o livre curso da procura e da oferta nestes mercados e a desvalorização do Kwanza.²¹⁶

Das medidas propostas, tornava-se claro que o novo programa significava muito mais do que o reforço das tendências iniciadas durante a presidência de Neto (relaxamento de orientações Socialistas-Marxistas e tolerância em relação ao pequeno comércio), representando um ponto de viragem no sistema económico formal – uma nova fase conforme referido pelo Presidente²¹⁷ ou o "fim de uma época", conforme enfatizado por observadores estrangeiros²¹⁸; transformando

²⁰⁷ Na I Conferência Nacional, Eduardo dos Santos afirmou que nos próximos cinco anos teriam de ser seguidas medidas económicas gerais de maior alcance político, que conduzissem à estabilização e subsequente desenvolvimento da economia nacional. Referiu, sem aprofundar, a necessidade de uma profunda mudança nos métodos de gestão e administração da economia e empresas; cit. in ACR, vol. 18, 1987, p.618. Tal mudança é igualmente referida em *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985*, p.95; também in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985*, pp.99, 105, 111-112.

²⁰⁸ *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985*, pp.33-35; também in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985*, pp. 90-92.

²⁰⁹ *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985*, p.34. Ver também *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985*, pp.93-94 and pp.106-108.

²¹⁰ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985*, p.22; também in *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985*, p.95, p.106.

²¹¹ In *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985*, pp.110-111 e 143; também *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985*, pp. 107, 145.

²¹² A Conferência Nacional referiu expressamente que tais desequilíbrios não poderiam ser desculpados ou justificados pela situação de guerra ainda que o impacto da guerra tivesse que ser reconhecido, in *Documentos da I Conferência Nacional ...op. cit...1985*, pp.29-32.

²¹³ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985*, p.85-89.

²¹⁴ In *Relatório do Comité Central ao II Congresso ...op. cit...1985*, p.89.

²¹⁵ Na apresentação do SEF, o presidente explicou que o programa vinha no cumprimento das orientações do II Congresso e justificou o atraso com a necessidade de prestar mais atenção a medidas de emergência que entretanto surgiram; In *Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit. 1987, Part 2, 3, 4.*

²¹⁶ In *Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit., 1987 Part 5, 9, 10, 11, 12.*

²¹⁷ In *Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit., 1987, Part 5.*

²¹⁸ In artigo de Pierre Haski in *Libération* (20 Agosto 1987).

gradualmente a anterior economia Socialista numa economia de mercado, que veio a ser oficialmente anunciada no III congresso, de 1990.

Em termos de abordagem económica ao Ocidente, uma vez apresentados os principais objectivos do SEF, tornou-se claro que seguiam as recomendações do Banco Mundial e do FMI em termos de política económica para países Africanos. À medida que se agravavam as finanças estatais angolanas²¹⁹, o SEF pretendia de facto facilitar a candidatura de Angola a membro daquelas organizações como forma de aceder a empréstimos e facilitar processos de reescalonamento da dívida externa.²²⁰ Depois de um longo e complicado processo e apesar da objecção dos EUA, Angola foi finalmente admitida como membro do FMI em Julho de 1989,²²¹ tendo conseguido resolver os seus problemas de dívida por via de reembolsos de curto prazo. Tão logo estes objectivos foram alcançados, o SEF caiu do estado de graça, especialmente no que toca às suas mais criticadas políticas a nível interno, como a desvalorização da moeda nacional e a redução do ineficiente sector público.²²² O problema estava obviamente no facto de que as distorções que o SEF se propunha terminar se haviam tornado estruturais ao sistema patrimonial moderno e encontravam enormes resistências para a sua implementação.

Com o fim da Guerra Fria e a “falência” do bloco de Leste e do seu modelo económico e político, os anos noventa trouxeram uma vaga de liberalização sobre os países africanos para procederem a programas de reajustamento estrutural, equilibrando as contas internas e externas e reduzindo o sector público.²²³ Contudo, também esta nova onda de pressões internacionais não obteve muitos resultados em Angola.

A suposta redução do sector público e o estímulo da iniciativa privada ignoraram a reestruturação da administração do Estado e a redução do número de funcionários de um mega aparelho ineficiente que servia essencialmente como distribuidor de rendas/salários, centrando-se essencialmente na concessão (suposta privatização) de infra-estruturas comerciais, industriais e agrícolas, aos membros escolhidos da elite governativa a preços simbólicos. No fim, a privatização mais não representou que o reforço da apropriação privada de bens públicos – predação –, agora num contexto que oficialmente privilegiava a propriedade privada, e também a permissão para que estes membros da elite dominassem o novo sector empresarial privado²²⁴

²¹⁹ O agravamento das contas do Estado é igualmente admitido pelo discurso presidencial que introduz o SEF, especificando: 50% de decréscimo nas importações de bens de consumo para alimentar a população no período de 1985 a 1986; 33% de decréscimo em importações de matérias primas que levaram várias empresas a uma absoluta paralização da sua produção; um aumento do défice do orçamento do Estado; um aumento do défice externo; um decréscimo do poder de compra dos salários; baixa produtividade do trabalho; ineficiência das empresas estatais e do sistema bancário; In *Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit.*, 1987, Part 3 e 5.

²²⁰ In *Telex Angop: transcrição integral do discurso ... op. cit.*, 1987, Part 7 e 8. De acordo com o Presidente, a dívida externa ascendia a US\$6 biliões em Dezembro de 1986, tendo aumentado para US\$7 biliões em 1987; o problema não era o montante da dívida em si, mas a concentração de curto-prazo dos reembolsos nos anos seguintes; *ibid.* part 7. Sobre a intenção de Angola em aderir ao FMI ver artigo de Pierre Haski in *Libération* (20 Agosto 1987); igualmente artigos de Paul Betts in *Financial Times* (14 e 21 de Setembro 1987). Sobre o problema da dívida ver artigo de Tony Hodges, ‘Angola pins hopes on unique debt strategy’ in *Financial Times* (7 Julho 1987).

²²¹ Ver *ARB*, (Outubro 1987), p.8648, a,b,c, and p.8649-a.; também artigos de Paul Betts in *Financial Times* (14 e 21 Setembro 1987).

²²² Sobre a resistência interna à aplicação de algumas medidas e ao subsequente fracasso do SEF ver *ACR*, 21 (1990), pp. B558-B559.

²²³ Angola foi igualmente sujeita a estas pressões conforme referido pelo próprio Presidente Eduardo dos Santos no seu discurso de abertura do III congresso do MPLA que introduz a transição para o sistema multipartidário e a economia de mercado em 1990; in *Discurso pronunciado pelo Presidente do MPLA-Partido do Trabalho Camarada José Eduardo dos Santos na Sessão de Abertura do III Congresso do Partido; pela Paz, Unidade Nacional e Recuperação Económica* (Luanda: Secretariado do Comité Central, 1990), pp.8-9.

²²⁴ Logo em 15 de Julho de 1989, várias peças legislativas foram aprovadas no sentido de reestruturar o sector económico estatal e alterar a actividade comercial; ver decreto 31/89, *DR*, I, 27 (15 Julho 1989); decreto 34/89, *DR*, I, 27 (15 Julho 1989); igualmente decreto executivo do Ministério do Comércio Interno 24/89, *DR*, I, 27 (15 Julho 1989), que aprova a concessão de

da futura “economia de mercado” (ainda que sempre debaixo da dependência das estruturas de topo do Partido/Estado para acesso a linhas de crédito, licenças de importação, acesso a divisas à taxa de câmbio oficial, etc.).

Beneficiando de um contexto interno e internacional muito favorável na primeira década do século XXI, o regime e a sua lógica patrimonial de funcionamento vão-se desenvolver e tornar mais complexos até aos dias de hoje.²²⁵ Uma tal dinâmica é explicada no segundo texto que apresento neste livro – institucionalização internacional do patrimonialismo em África –, sendo que várias das suas características são igualmente escarpelizadas nos textos dos co-autores deste livro.

Convém aqui apenas realçar a capacidade do regime em constantemente inovar nos mecanismos de apropriação privada dos recursos e bens públicos, cada vez mais articulados a nível internacional, mantendo-se inúmeras distorções políticas da suposta economia de mercado, seja ao nível dos licenciamentos de actividades empresariais, seja de importações de produtos e serviços de rendimento significativo, seja nas ofertas directas de bens – apartamentos, casas em condomínios e viaturas – que o regime faz regularmente aos membros dos vários segmentos da elite, seja no acesso a linhas de crédito bancário, seja no renovado racionamento de divisas disponíveis nos bancos para o público em geral e no acesso selectivo a essas divisas ou na possibilidade da sua transferência para o exterior (que voltou com a crise financeira de 2008), seja ainda, e mais importante que tudo o resto, na insularização da SONANGOL e na manutenção do secretismo na gestão das contas do petróleo, numa promiscuidade entre empresa petrolífera estatal e presidência, continuando aqui a residir o essencial do processador de todo o sistema de apropriação privada de recursos e bens públicos, num processo que começou desde cedo, constituindo hoje o pilar do regime hiper-presidencialista de patrimonialismo moderno existente em Angola.²²⁶

estabelecimentos comerciais pertencentes ao Estado a outros agentes económicos. Enfatizando a ineficácia do SEF, especialmente no que toca às mais “controversas” medidas, ver *ACR*, vol.21 (1990), pp. B558-B559.

²²⁵ Ver Vidal, Nuno “The international institutionalization of ...op. cit., especialmente p. 27-29.”

²²⁶ Ver por exemplo Global Witness media briefing, *Angola: private oil firm has shareholders with same names as top government officials*, (4 Agosto 2009); denunciando uma empresa petrolífera privada autorizada pela Sonangol a licitar direitos de exploração potencialmente lucrativos, mas incluindo acionistas como o presidente da SONANGOL, conselheiros presidenciais de topo e um antigo ministro das finanças. Ver igualmente a nota de imprensa da Global Witness, *Ligação entre o genro do presidente angolano e empresa petrolífera estatal levanta questões sobre transparência*, (15 de Março 2010), denunciando a nomeação pela SONANGOL do genro do presidente angolano José Eduardo dos Santos para o Conselho de Administração de uma empresa holding que controla um terço da firma petrolífera portuguesa cotada na Bolsa de Valores, Galp Energia; igualmente Relatório da Global Witness & OSISA-Angola, *Oil Revenues in Angola, much more information, but not enough transparency* (Fevereiro 2011), revelando discrepâncias na ordem dos biliões de dólares entre a informação publicada pelo governo angolano nas suas receitas provenientes do petróleo, disponível em <http://www.globalwitness.org/>. De grande importância em termos de jornalismo de investigação, temos os vários artigos produzidos pelo jornalista angolano Rafael Marques de Morais, incluindo a denúncia daquilo que se tornou numa “prática generalizada em Angola”, mediante a qual membros de topo do governo, do sistema judicial (incluindo o Procurador Geral da República e o juiz presidente do Supremo Tribunal Militar), as Forças Armadas Angolanas, a Polícia Nacional, a Assembleia Nacional e a Presidência da República, combinam o exercício das suas funções públicas com interesses privados, in Marques, Rafael, “*The Business Activities of the Attorney-General of the Republic*”, in *Semanário Angolense*, nº 329 (15-21 August 2009). Artigos de Rafael Marques de Morais disponíveis em <http://makaangola.com/>